



ATA Nº 06/2017
3ª Sessão Extraordinária
08 de Maio de 2017

I – ABERTURA -----
-----**Local:** Auditório Municipal dos Paços do Concelho-----
-----**Hora:** 19h00m -----

II – PRESENÇAS-----
----- Mesa da Assembleia: -----
----- **Presidente** – Joaquim Moreira Raposo-----
----- **Primeiro Secretário** – Luís Miguel Rodrigues Costa -----
----- **Segundo Secretário** – António Miguel S. Figueiredo Lourenço-----
----- Membros da Assembleia presentes: Todos, com exceção do senhor Bruno Carlos
Amaral de Carvalho, nos termos do documento anexo à presente ata.-----

----- Membros da Câmara Municipal -----
----- **Presidente:** Carla Maria Nunes Tavares-----
----- **Vereadores:** Gabriel Alexandre Martins Lorena Oliveira -----
-----Francisco José S. Nunes dos Santos -----
-----Carlos Manuel dos Santos Batista da Silva -----
-----Rita Mafalda Nobre Borges Madeira-----
-----Eduardo Amadeu da Silva Rosa -----
-----Sónia Cristina Catarino Baptista -----
-----Maria Gracieta de Oliveira Filipe -----
-----Martinho Joaquim Mendonça Caetano -----
-----António José da Silva Moreira -----
-----José Agostinho Marques-----

Pelo senhor **Presidente da Assembleia** foi verificada a existência de Quórum.-----



III – SUBSTITUIÇÕES -----

-----SUBSTITUIÇÕES-----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que, ao abrigo do nº 1 do artigo 78º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na sua atual redação, solicitaram a sua substituição, nesta Sessão, os senhores Rui Manuel Gonçalves Lourenço, pelo PS, Cecília Maria da Fonseca Neves, Ágata Sofia Mateus Pereira e Tiago Fonseca Dores, pela CDU e João Camargo Ribeiro Marques dos Santos, pelo BE. -----

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia** informou de que, e nos termos e para os efeitos do artigo 78º e artigo 79º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na sua atual redação, os membros substitutos são respetivamente, pelo PS o senhor António de Jesus Gomes Bito, pela CDU os senhores José Fernandes, Bruno Carlos Amaral de Carvalho, por indisponibilidade da senhora Mavíldia Manuel Caro Pina e o senhor Luís Manuel Benedito e pelo BE o senhor Nuno Miguel Fonseca Mendes Antunes. -----

Relativamente ao pedido de substituição efetuado pela senhora Ágata Sofia Mateus Pereira, o membro substituto da respetiva lista, senhor Bruno Carlos Amaral de Carvalho não compareceu para os devidos efeitos na presente sessão.-----

Os documentos referentes às presentes substituições encontram-se em anexo à presente ata, dela constituindo parte integrante. -----

IV – TOMADA DE POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DA AMADORA -----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou de que, nos termos e ao abrigo do artigo 9º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho – alterada Lei n.º 106/2015, de 25 de agosto e do artigo 17º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança – Versão Provisória, iria proceder à tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança da Amadora, tendo informado que, a CGTP e a Autoridade Nacional para a Segurança Rodoviária não se fizeram representar e que, o Comandante da Polícia



Municipal da Amadora, senhor Reinaldo Santos e os cidadãos designados pela AMA, senhores Mário Pires e Bruno Alves, justificaram a sua falta ao presente ato, pelo que será conferida respetiva posse em momento posterior. -----

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** solicitou ao 2º secretário que procedesse à chamada dos membros para a assinatura do termo de posse, tendo-se verificado no decurso do ato em apreço não se encontrar presente a representante da Cruz Vermelha, a qual será convocada posteriormente para o efeito. -----

O documento referente à presente tomada de posse encontra-se em anexo à presente ata, dela constituindo parte integrante. -----

Pelo senhor **Presidente da Assembleia**: -----
"Muito obrigado. Finda a assinatura dos membros, considera-se instalado o Conselho Municipal de Segurança. Os meus agradecimentos pela vossa presença e também informar-vos que, futuramente a senhora Presidente do Conselho Municipal de Segurança, Carla Tavares, irá proceder depois à convocatória, em tempo oportuno. Muito obrigado pela vossa presença." -----

V – ORDEM DO DIA -----
O senhor **Presidente da Assembleia** deu conhecimento dos assuntos constantes da Ordem do Dia, estabelecida pela Mesa e consultados os representantes das forças políticas, em sede de conferência dos líderes e nos termos do documento anexo à presente ata, dela fazendo parte integrante. -----

VI – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----
O senhor **Presidente da Assembleia** explicou as normas regimentais pelas quais se deve reger a intervenção do público, tendo procedido à abertura das inscrições.-----
Não se tendo registado qualquer inscrição, o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrado o presente período. -----



VII – PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que neste período, com a duração de 1h, improrrogável, são abordados assuntos gerais e de interesse para a autarquia, tendo sido distribuída, no início da Sessão e de acordo com a alínea a) do nº 2 do artigo 35º do Regimento da AMA, aos Representantes de cada Grupo Municipal a relação contendo o expediente. -----

De seguida procedeu à abertura de inscrições e intervieram os seguintes membros, nos termos que se enuncia:-----

Pelo senhor **Carlos Almeida**:-----

“Muito obrigado senhor Presidente, muito boa noite. Senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, caros Colegas Deputados Municipais, caros munícipes. Senhora Presidente três notas. Nas últimas Assembleias começa a ser cada vez mais lamentavelmente, é cada vez mais frequente virmos aqui comentar decisões que penalizam seriamente a Amadora. -----

Temos falado do Metro, temos falado da Caixa Geral de Depósitos e nos últimos dias, apareceu mais uma, mais uma notícia, desta vez relativa às viaturas de emergência médica, e, à notícia de que, os horários ou as dificuldades do funcionamento do INEM, vão fazer com que, as ambulâncias, as duas ambulâncias do INEM que estarão adstritas ao Município da Amadora, vão deixar de fazer qualquer tipo de serviço noturno, sendo certo que, até aqui já faziam muito pouco. As duas viaturas do INEM, sobrecarregando para lá daquilo que é aceitável, digamos assim, as viaturas que são dos bombeiros da Amadora. -----

Senhora Presidente, nós gostaríamos da nossa parte, de saber, o que é que, a senhora Presidente comenta sobre este assunto? Que iniciativas tem a Câmara Municipal em curso no sentido de fazer reverter esta decisão? Para que, a população do Município da Amadora tenha, digamos, a assistência, as infraestruturas e os serviços de assistência de emergência médica, que, digamos que, são justificados pela dimensão da cidade, pelos direitos que a população naturalmente tem. Se a senhora Presidente, nos conseguir adiantar alguma coisa. -----

Depois, portanto, esta é uma primeira nota. Segunda nota, mais uma vez, fomos surpreendidos há uns dias com as notícias, sobre o corte nos serviços do Metro de



Lisboa, aqui ao Município da Amadora. Hoje parece que, houve para além dos cortes, parece que vai haver obras novas, uma extensão de uma nova linha e, senhora Presidente, ficamos na dúvida, com dúvidas, porque não só não encontramos resposta para a indignação e o protesto legítimo que a população tem expressado e que aqui também já o fizemos, relativamente às decisões que a Administração do Metro tomou sobre a Linha Azul, como as decisões que foram tomadas aparentemente adiam para as calendas, sabe-se lá, alguns investimentos, que do nosso ponto de vista, eram importantes para a Amadora também, na medida que o eram, para o equilíbrio de uma rede de transportes coerente na Área Metropolitana de Lisboa.-----

Estou a falar designadamente, do adiamento da expansão do Metro para a zona ocidental da cidade de Lisboa. Estou a falar, digamos, do adiamento ou pelo menos da completa ausência de referência a um Metro de superfície, entre Algés e Amadora/Loures. Estou a falar da extensão do Metro até ao hospital. Estou a falar até, digamos, do adiamento ou da ausência de referência à expansão de Loures, para Loures. Ou seja, estou a falar de, investimentos que, uns diretamente, outros indiretamente repercutem sobre a mobilidade dos munícipes da Amadora e de uma maneira geral, sobre a necessidade de uma rede de transportes coerente na Área Metropolitana de Lisboa, que nessa medida também, evidentemente tem implicações relativamente à população do Município da Amadora. -----

Por fim senhora Presidente, uma nota final, esta não, quer dizer, evidentemente que se a senhora Presidente quiser comentar, pareceria-nos útil e oportuno, mas, não apenas em relação à senhora Presidente, para a Assembleia. -----

Nos últimos dias, o acontecimento, uma intervenção da polícia no Município de Cascais contra um eleito local, no caso o Vereador da CDU, quando estava participando num protesto, legítimo, contra uma obra ilegal, uma intervenção ilegal da Câmara Municipal de Cascais, num terreno que está classificado, como reserva ecológica nacional, é absolutamente, foi uma intervenção absolutamente despropositada e que, deve merecer, do nosso ponto de vista, o mais claro repúdio, dos eleitos locais, dos órgãos do poder local, porque a polícia não pode comportar-se como, em algumas circunstâncias, como se estivesse acima da Lei. -----

Aqui na Amadora, já tivemos muitos exemplos, alguns até também sobre eleitos locais, e queremos uma vez mais, chamar a atenção para a necessidade de a polícia e da polícia da segurança pública, em particular, ter uma atuação consentânea com aquelas que, são as suas obrigações legais e constitucionais.-----



Verificámos e queremos sublinhá-lo aqui, verificámos que da parte de algumas forças políticas em Cascais houve uma tomada de posição correta, a nosso ver, estou a falar, estou a pensar por exemplo, no comunicado divulgado pelo Partido Socialista, pela Concelhia do Partido Socialista de Cascais, deplorando a ação da polícia.-----
Ficamos um pouco surpreendidos com um comunicado um pouco estranho, da parte do Bloco de Esquerda sobre essa matéria, seja como for, as posições evidentemente ficam com quem as assume. Aqui na Amadora e da nossa parte, o que queremos é deixar muito claro o nosso repúdio perante esta atuação da PSP, completamente despropositada, completamente à margem da Lei e das obrigações constitucionais e legais da polícia de segurança pública. Para já é só, muito obrigado.” -----

Pelo senhor **João Matos:** -----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Amadora, senhora Presidente de Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados, respeitável público. Eu hoje quando vinha para esta Assembleia Municipal, aquilo que era até agora, digamos, apenas um boato, foi anunciado com toda a pompa e circunstância e ficámos, a conhecer, digamos, a expansão do Metro e mais duas estações de Lisboa. Duas este ano e mais duas no próximo ano. -----

É certo, que estamos em vésperas de eleições, mas, eu gostaria de perguntar à senhora Presidente da Câmara Municipal da Amadora, que, e dadas as circunstâncias, se a Administração do Metro terá ou não, por sua influência recuado ou repensado a decisão de discriminar obviamente os cidadãos da Amadora?-----

Se existe falta de material circulante, que exige um racionamento das composições, porque é que, digamos, este peso só recaiu sobre os cidadãos da Amadora?”-----

Pelo senhor **João Paulo Castanheira:** -----

“Obrigado senhor Presidente da Assembleia. Senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, caros colegas, estimado Público. Começo por anunciar aqui um momento solene e raro de comunhão da agenda do CDS, com a agenda do PCP, o que às vezes acontece, felizmente poucas vezes, mas, os temas, são temas já aqui trazidos pela bancada do Partido Comunista. -----

Primeiro ponto, tem a ver com esta questão das ambulâncias do INEM. Nós, na última Assembleia Municipal, discutimos aqui, até aprovámos um documento, relativamente, ao



corte do serviço do Metro para metade, em horas de ponta. Hoje vamos discutir aqui o encerramento de uma agência da Caixa Geral de Depósitos. -----
 O primeiro caso, por falta de, material circulante. Na Caixa Geral de Depósitos, imagino, por falta de dinheiro.-----
 Há uma semana ficámos a saber que, pelo jornais, que a Amadora iria ficar sem as ambulâncias do INEM no período noturno, aparentemente por falta de técnicos. Somos aliás dos 8 Concelhos em que este corte vai acontecer, o único da Área Metropolitana de Lisboa, creio eu.-----
 Em primeiro lugar uma primeira reflexão é curioso que comece a faltar tudo, quando a austeridade acabou! Mas, enfim estas coisas acontecem. -----
 Segundo ponto, a segunda reflexão, é curioso e para nós diria, inaceitável, quando faltam carruagens, quando faltam técnicos, quando falta dinheiro, seja a Amadora, a sofrer com isto. E, eu aqui lembro-me uma vez mais daquela frase do Von Mises, eu acho que se começa a aplicar aqui em cheio. Quer dizer, quando; a pior coisa que pode acontecer a uma Presidente da Câmara Socialista é ter no governo do país, socialistas que não sejam seus amigos, ou, que não gostem da Amadora, porque isto é todas as semanas, agora temos uma novidade! -----
 E, as minhas perguntas, eram senhora Presidente da Câmara, perguntar-lhe, se a Câmara foi previamente informada deste corte do serviço noturno das ambulâncias do INEM? Se foi previamente avisada? Que posição teve, antes e depois do anúncio público deste corte? E, se, já agora, se tem conhecimento de outros cortes, noutras áreas, noutras que venham por aí. Porque, isto todas as semanas, agora levamos com um, o que, começa a ser um bocadinho complicado. -----
 O segundo aspeto tem a ver com esta seção do Metro e eu falo especificamente com esta questão do prolongamento da Linha Azul, que foi aliás em 2009, anunciado pelo então Presidente da Câmara da Amadora, e pela então Secretária de Estado dos Transportes, hoje Ministra do Mar. Um prolongamento até ao Hospital Amadora/Sintra, da Linha Azul, com um investimento de 200 e tal milhões de euros, e que, agora parece completamente esquecido. Portanto, parece que já não existe! Não foi feita essa promessa! E portanto, a minha pergunta, é neste caso, as perguntas é, se lhe foi explicado, porquê do abandono desta ideia, do aparente abandono desta ideia? Que posição é que a Câmara tomou em relação a esta matéria? E o que é que se lhe oferece dizer? O que é que nos oferece fazer em relação a isto? -----



Porque, de facto, começamos a ficar preocupados com esta sequência inacreditável de cortes. Que parece que até vem para prejudicar o Partido Socialista em ano de eleições! Mas, o que nos preocupa a nós, é que perturbe e prejudique os cidadãos da Amadora. Quanto ao Partido Socialista não nos preocupa muito. Muito obrigado.” -----

Pelo senhor **Isaiás Afonso**: -----

“Senhor Presidente da Mesa, senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados, caro público. Será já das últimas vezes, que venho a este microfone da Assembleia Municipal. Porque, para o ano já aqui não estarei. -----

Uma vez que, 8 anos na Junta de Freguesia da Venteira e 4 anos aqui, nesta Assembleia Municipal, é tempo suficiente para outro rosto. -----

Naturalmente, que esse rosto irá, seja jovem ou não, irá continuar efetivamente a atividade do meu Partido. -----

Também 4 vezes cabeça de lista do CDS, no círculo da Europa, uma vez segundo, outra vez suplente, é também, são suficientes, efetivamente para que ali surja um outro rosto. Nesta Assembleia Municipal aprendi efetivamente muitas coisas. Aprendi que as maiorias absolutas mandam absolutamente! E, não partilham absolutamente nada! O mesmo é dizer, que as propostas ou recomendações do CDS têm sido sistematicamente rejeitadas. Poderão dizer realmente, que os eleitores é que decidem! Mas, os eleitos é que executam! -----

Aqui tenho vindo a defender, não as feiras temáticas, mas os mercados de rua. Surgiram 3 barracas as quais já passaram só a uma. Possivelmente a DERRAMA dos supermercados é mais importante e proveitosa para a Câmara Municipal, do que a vantagem dada às pessoas do Concelho da Amadora por existência desses mercados. ---

Aqui me bati pelos mercados de garagem, de velharias, de baú que a Junta de Freguesia da Venteira levou a efeito, mas, foi preciso que um elemento do PS, dessa Junta de Freguesia também tivesse apoiado e perguntado, quando é que se realizavam. Ainda bem que se realizaram! Aqui me bati, para que surgissem nas zonas verdes, canteiros de flores, mas, os depósitos a prazo são mais importantes do que alindar o Concelho. E lembrar-se-ão que andei a filmar mercados e canteiros nos arredores de Paris, das Câmaras Municipais Socialistas e que fiz um DVD, que distribuí a todas as forças políticas, para mostrar como se faz lá fora. -----

Mas, tudo isso mereceu o silêncio! Exceto quando alguém aqui me disse, que a minha cabeça se encontrava em Paris, mas, a realidade aqui era outra. Depois, outras



propostas do CDS, como a da recuperação de uma zona histórica da cidade em degradação. Recusada a proposta, porque um antigo CDS, considerou que era um romantismo bacoco tal recuperação. Digamos que, talvez tivesse dito, que era um barroquismo, o tal horror ao espaço vazio! Aquele espaço continua a degradar-se, na linha, efetivamente do romantismo bacoco. -----

A última proposta sobre os transportes para a Amadora, recebeu a pancada suficiente, porque o governo anterior é que era o culpado da degradação, mas nunca foi, nem nunca será efetivamente a banca rota socialista do governo Sócrates. Essa há muito que já foi esquecida! É melhor realmente a gerigonça, com a dívida a acumular-se cada mês que passa. -----

Mas, aprendi muita coisa nesta Assembleia Municipal! Aprendi, que as maiorias absolutas mandam absolutamente! Muito obrigado.” -----

Pela senhora **Deolinda Martin:** -----

“Muito boa noite senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados, caríssimo público. O que eu trazia, agendado para intervir, já aqui foi abordado. -----

Eu começo pelo alargamento do Metro. Também fiquei surpreendida, pois se há dificuldades que levaram à situação que hoje temos na Amadora, lembrar aqui, que os utentes da Amadora continuam a pagar os passes, em situação de desvantagem aos outros Concelhos, que são servidos pelo Metro. Continuam a pagar os passes aos mesmos valores, e portanto, estranhei que, fosse anunciado com tanta pompa e circunstância o alargamento do Metro em Lisboa. -----

Também em Lisboa, a zona de Arroios irá entrar em obras e daquilo que tive conhecimento, a zona afetada terá autocarros da CARRIS, a preencher o espaço que o Metro deixará vazio de resposta, aos utentes. -----

Aqui não foi assim! Aqui simplesmente reduziram e até agora, não tivemos qualquer outro tipo de resposta, que nos desse a entender, que este quadro é de facto, transitório e que, será para breve corrigido. -----

Também falar-vos do «*Troll de Superfície*», que o Carlos Almeida falou de várias propostas. Também São Brás tinha, aqui há uns anos atrás, uma proposta que saiu em vários jornais que iria fazer a ligação do Metro da Amadora Este, para o Dolce Vita e que seria o «*Troll de Superfície*». -----



Tudo isso está, no passado, e portanto, aquela zona norte da cidade fica apenas com resposta dos autocarros que, cada vez mais reduzidos e sem resposta central, que o comboio e o Metro acabam por proporcionar. -----

Outra situação, que aqui vinha referir e sublinhar. É que de facto, nós Autarcas nos devíamos unir e esta é uma questão que nos toca a todos. Aqui no passado, foi com um Autarca do Bloco de Esquerda. Há dias foi em Cascais, com o Autarca da CDU, e eu acho que a lei dá algumas competências, aos autarcas e no seu exercício de funções, não devem ser molestados pela Polícia de Segurança Pública, nem detidos. -----

O autarca do Bloco de Esquerda foi inclusivamente a tribunal, e o tribunal acabou por lhe dar a razão e condenar a atuação da polícia. Nós trouxemos um voto de condenação a esta Assembleia Municipal, que apenas com o apoio da CDU, foi rejeitado pela maioria de todos os presentes. -----

Eu penso que, nós autarcas deveremos ter brio naquilo que representamos e no nosso papel enquanto eleitos, e portanto, quando toca a um devia indignar, o que fazem a outros. E por isso, vinha aqui trazer, a minha solidariedade com o Vereador da CDU, em Cascais e dizer que, nós, Bloco de Esquerda da Amadora, nos indignamos e estamos com a CDU de Cascais, porque achamos que a polícia não tem o direito de agir daquela forma, com eleitos em exercício de funções. Muito obrigada." -----

Pela senhora **Presidente da Câmara:** -----

"Muito obrigada senhor Presidente. Muita boa noite senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados Municipais, senhoras e senhores munícipes, As questões colocadas são semelhantes entre elas. Começaríamos se calhar pela última, a questão que tem a ver com o INEM. -----

Como penso que, os senhores Deputados saberão, nós temos no Concelho da Amadora 4 ambulâncias do INEM. Duas que estão nos Bombeiros Voluntários da Amadora, que funcionam 24 horas por dia e outras duas que estão parqueadas no Regimento de Lanceiros 2, que eu confesso, que não sei se consigo agora precisar, mas, talvez acerca de um ano e quatro meses, um ano e meio sensivelmente, começaram a funcionar também de noite, porque as mesmas, como sabem, também só faziam serviço até às 20 horas, começou uma delas, exatamente, só fazia serviço até às 20 horas, só faziam ambas serviço até às 20 horas, e passou uma delas, a que está parqueada nos Lanceiros a fazer serviço durante as 24 horas. -----



E por isso, fomos a semana passada, naturalmente, todos os 8 Presidentes de Câmara, porque tive oportunidade também de falar com os meus colegas, para perceber se de facto, a Amadora, não tinha amigos no governo, mas, fomos de facto, os 8 Presidentes de Câmara surpreendidos pela fresca, a semana passada, desta notícia, relativamente ao INEM. -----

Perguntam naturalmente, o que é que a senhora Presidente fez de imediato? Duas questões que me pareceram essenciais. Um contacto com o senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários da Amadora, um contacto com a Cruz Vermelha para recolher dados do Concelho, e perceber naturalmente, o que é que isto implicava, que serviços é que tínhamos que, ficavam por fazer. E se ficavam serviços por fazer durante a noite, para naturalmente, estar em condições de conversar com o senhor Presidente do INEM, que foi o que fiz ao final da manhã, do dia que saiu a notícia. -----

Foram explicadas diversas questões, como depois à noite devem ter tido oportunidade de ter visto nos órgãos de comunicação social. Sabemos todos que há um problema de recurso, quem investiu ou deixou de investir não é a questão, que neste momento me preocupa mais. Preocupa-me e sabemos, até porque houve depois durante a tarde diversas reuniões, que se foram sucedendo, nomeadamente, com os trabalhadores porque é preciso, para tripular estas ambulâncias e das equipas médicas, que hajam pessoas disponíveis para o fazer. -----

Sabia porque me foi transmitido naquela altura e porque isso, acho que, todos fomos acompanhando de alguma forma, esta velha questão, entre as 35 e a 40 horas, que existia também relativamente aos profissionais do INEM, e o facto do INEM neste momento estar desfalcado; desculpem-me a expressão; de recursos humanos e estar a decorrer e penso que também saberão, até porque é público, um concurso para admissão de recursos para o INEM. -----

O que é que tive oportunidade depois, o senhor Presidente do INEM voltou a falar comigo, e disse, esta situação como imagina não é aceitável, estamos a falar de um Concelho de grande dimensão da Área Metropolitana. É verdade que está colado, a outros concelhos. É verdade que já tem duas ambulâncias do INEM, 24 horas por dia a funcionar e que até há um mês e meio esta que foi retirada, desculpem acerca de um ano e meio, esta que foi retirada também não funcionava, mas, naturalmente, essas justificações enquanto Presidente de Câmara e à cidade não servem obviamente, ainda que percebendo e sabendo bem destas dificuldades, porque também já tivemos que gerir aqui, de 35 e 40 horas e como sabem convivemos durante algum tempo com essa



realidade, até ao nível educativo, com todas as dificuldades que isso implica na gestão de recursos da cidade. -----

O que me foi dito à tarde, é que, teria existido uma reunião com os sindicatos durante o dia e que houvesse pessoas disponíveis para tripular as ambulâncias, que esse processo iria ser garantido nos dias a seguir. -----

Naturalmente, também já cá andamos todos a alguns anos, e a primeira coisa que fiz, não sei se está aqui ainda o senhor Comandante, penso que não, foi ligar ao Comandante dos Bombeiros e eu tenho esta informação, mas, se não se importa, vamos lá entre os dois "checar" durante o fim-de-semana. Era o fim-de-semana, porque se metia o 1º de Maio, segunda-feira era feriado, vamos lá entre os dois "checar" esta informação, durante o fim-de-semana, para eu na terça-feira perceber, se a ambulância que está nos Lanceiros saiu ou não. E, é através dos Bombeiros que tenho maior facilidade, como imaginam, depois, até aqui pelo caminho houve um conjunto de episódios durante a tarde de sexta-feira, porque depois os dados que nós, Câmara tínhamos relativamente, à média de recusas, são duas, noite, relativamente aos Bombeiros, nem sequer eram coincidentes, com os dados que o próprio INEM tinha, relativamente às recusas, quer ao nível dos Bombeiros, quer ao nível da Cruz Vermelha, porque naturalmente, tenho também aqui os dados. A Cruz Vermelha também conta para a resposta destes serviços. -----

E, na terça-feira, pude constatar, aliás, durante a terça-feira logo de manhã e durante o fim-de-semana, que de facto, a ambulância, tinham saído as duas ambulâncias, obviamente que estão nos Bombeiros, as duas que estão nas 24 horas, não tinha saído a ambulância que está nos Lanceiros. Naturalmente, que a seguir o que fiz, que era minha obrigação fazer, ligar para o senhor Presidente do INEM e dizer, oiça, não pode ser, o senhor deu-me uma informação que não corresponde a toda a realidade. Isto não está a acontecer. A ambulância não saiu. Ele disse-me, saiu, saiu! Não saiu! Porque eu tenho informação de gente que devia tripular a ambulância e que não se apresentou para a ambulância sair. Por isso, a ambulância não saiu! -----

Isso agora, pouco é relevante! Duas questões que são relevantes, relativamente a este processo. O que é que está visto com o INEM? Primeiro deixarmos passar a próxima semana, ou seja, os recursos do INEM são muito escassos, e como todos sabemos por motivos óbvios, no próximo 12 e 13 de Maio, está tudo canalizado para Fátima, não só ao nível do INEM, mas, também ao nível da segurança. E quando já não há recursos;



senhor Deputado, também não o interrompi! Não, não é para si, senhor Deputado, não é o único aqui na sala, senhor Deputado, por muita simpatia e estima que tenha por si. --- Quando os recursos já são escassos, porque não há, porque estão a decorrer concursos também, como os senhores Deputados sabem, porque com certeza, têm acompanhado esses processos. Quando há a questão das 35 e das 40 horas, temos um momento de urgência e de pique numa situação, que obriga a um redobrar de meios no país, naturalmente, que também percebo que, os meios têm que ser deslocalizados, mais intensamente, pelo menos durante dois dias, para uma zona em concreto do território. - E por isso, o que ficámos, foi exatamente no próximo dia 12 de Maio, por muito curioso que possa parecer, mas, é verdade, de termos uma reunião pessoalmente, eu e o senhor Presidente do INEM, apesar de ser dia 12 de Maio, para conversarmos e para percebermos qual é no fundo, o que é que o INEM consegue assumir com a cidade da Amadora, relativamente à ambulância que estava nos Lanceiros e que faz as 24 horas, uma vez, que a outra como sabem, só faz até às 20. ----- Não escondo alguma preocupação, porque tive oportunidade de falar com outros Municípios e os problemas são idênticos, ou seja, não há recursos! Tinha alguma expectativa, segundo o que tinha sido também, tivemos oportunidade de acompanhar na sexta-feira, que as próprias reuniões com os trabalhadores e com os sindicatos, também pudessem ajudar a desbloquear de alguma forma este processo e esta disponibilidade, face a esta questão que eu também percebo, obviamente, por parte dos trabalhadores das 35 e das 40 horas. E por isso, estarei em condições, espero que esta seja uma situação que seja, reversível ou que seja, face aos outros Municípios, percebendo obviamente; as primeiras com quem falei, foi com os Municípios com maior dimensão, naturalmente, porque têm situações mais semelhantes à nossa. Que passada a situação atípica, da próxima semana que vamos ter no país, que seja possível repor e equacionar o funcionamento das 24 horas, da ambulância, que o deixou de fazer. ----- Por isso, clarificar que duas delas, a que estão nos Bombeiros, que são acionadas, continuam conjuntamente com as ambulâncias dos Bombeiros Voluntários da Amadora, a fazer as 24 horas, por isso, das duas que estavam nos Lanceiros, uma delas deixou de o fazer, e naturalmente, que estamos a diligenciar, para que esta situação seja ultrapassada, o mais rapidamente possível. Sei que há, algumas questões como já vos disse, com os recursos humanos e serei tolerante, até dia 12, percebendo que, se as pessoas não se apresentam e não se apresentaram no fim-de-semana, não conseguiremos naturalmente, ultrapassar esta situação. Teremos que ser, naturalmente,



muito menos tolerantes a partir da data que se comprometeram com o Município de reanalisar este projeto. -----

Relativamente à questão do Metropolitano, deixe-me começar aqui por uma; se eu sabia, se o governo me informou, naturalmente, o governo não me informou. Soube, porque fui convidada, naturalmente, para estar enquanto, Presidente de Câmara da Área Metropolitana, como sei que foram, naturalmente, convidados todos os meus colegas Presidentes de Câmara. Como devem imaginar, não estive presente, naturalmente, nem estaria neste momento na assinatura de um protocolo, de um compromisso relativamente à extensão do Metro. -----

Mas, relativamente a este processo, duas ou três notas que eu acho, que é, que são importantes, também aqui relembrar. -----

O Metropolitano tem um défice neste momento, já conversámos aqui, na última Assembleia Municipal, de tudo o que é material circulante, porque o anterior governo não investiu, já discutimos sobejamente essa questão na última reunião. Se os senhores Deputados me perguntam, se concordo com a opção tomada? Não! Não concordo! Eu acho que quando não há material circulante, quando houve um desinvestimento durante 4 anos em material circulante, a primeira prioridade antes de, ainda que perceba, que o fecho ou extensão de linha, seja na Amadora, seja na cidade de Lisboa são importantes, entendo, naturalmente, que mais prioritário do que isso, é fazer investimento no material circulante. E isso, é que é o prioritário! Quando nós, até porque, quando os senhores Deputados, acredito que têm acompanhado e sabem pelo menos, nas últimas 3 semanas, o caos em que tem estado o Metropolitano de Lisboa, ou, que se tem agravado o Metropolitano de Lisboa, não só na Linha Azul, mas, como na Linha Verde, na Linha Amarela, como na Linha Vermelha, com espaços, com atrasos significativos e saberão com certeza, todos nós conhecemos gente que anda de Metro e toda a gente ultimamente de uma forma cada vez mais assertiva e bem, se queixa das dificuldades de mobilidade, através do Metropolitano. -----

E por isso, naturalmente, enquanto Presidente de Câmara não, não subscrevo! Acho que, é muito importante a expansão das linhas, mas, acho que, quando não há material circulante, a primeira questão a fazer e a mais prioritária, é naturalmente garantir que, o Metropolitano nas 4 linhas, funciona naquilo que podemos chamar os mínimos aceitáveis, porque não me parece, nas últimas três, quatro semanas, se possa falar em qualquer uma das linhas, nos mínimos aceitáveis.-----



Mas, também dizer-vos duas coisas, relativamente a esta matéria. Quando recebi o convite, que amavelmente enquanto Presidente de Câmara da Amadora recebi. É verdade que já soava algumas questões relativamente ao Metropolitano, tive oportunidade, naturalmente, de dizer ao senhor Ministro que precisávamos de conversar seriamente sobre esta matéria. Com uma questão, que disse, então, vão assumir, porque ainda no dia 13 de abril, ou seja, há um ano atrás, quando inaugurámos o Metropolitano, não sei se estiveram lá, se não estiveram, não estarão por certo recordados. Uma das coisas que foi focada, inclusive na minha intervenção, era a necessidade de se cumprir o plano de expansão que estava previsto relativamente à Amadora e que era até 2020. -----

Por isso, atendendo de que, eu não tive nenhuma comunicação de um membro do governo, que o plano de expansão é outro, ou que se revogou um, para haver outro ou que se deixou um projeto, para começar outro, naturalmente, questionei o senhor Ministro sobre se, quer dizer, publicamente, se era ele que ia assumir, que não havia plano de expansão relativamente ao hospital ou à Amadora, não vamos; relativamente à Amadora, porque ainda tinha outra paragem pelo caminho. Se era ele que assumia, uma vez que não tinha sido, naturalmente a Câmara que também tinha assumido esse compromisso, por isso, se era para desassumir, era bom que naturalmente fosse o governo a fazê-lo e não a Câmara. -----

Até, porque nós temos aqui coisas diferentes, a senhora Deputada Deolinda e penso que também foi o senhor Deputado Carlos Almeida que focou essa questão. Porque temos aqui questões que são diferentes, uma coisa é o Metrobus que estava pensado e que já tivemos há 6 anos ou 5 atrás, a oportunidade em momento da discussão das Grandes Opções do Plano, de discutir aqui nesta Assembleia. Já não consta nos instrumentos de gestão da Câmara, e, essa é seguramente para já, pelo menos naqueles moldes, um caminho que não tem viabilidade sobre o ponto de vista económico, e por isso, aguardo esta marcação de reunião com o senhor Ministro, aliás, a reunião já está marcada, para esta semana, para podermos naturalmente, conversar relativamente à expansão do Metropolitano e para perceber, naturalmente, não serei eu como imaginam, que vai anunciar, que não há Metropolitano, tal como o governo, o tinha assinado, por acaso, também foi um governo socialista.-----

E por isso, aguardar que, o próprio governo relativamente a esta matéria também assuma aqui as suas responsabilidades neste processo. De qualquer forma como vos



digo, não tenho conhecimento de nenhum, que deixou de haver plano de expansão do Metropolitano.-----

Acho que, relativamente à questão dos transportes e já tivemos oportunidade de conversar aqui sobre esse tema, a Área Metropolitana tem um longo e vasto caminho para fazer. E por isso, associar também só a esta questão do Metropolitano e do fecho da Linha Verde, o sucesso ou o insucesso da mobilidade na Área Metropolitana, também não me parece que seja razoável, porque nós sabemos, eu não percebi se a senhora Deputada Deolinda, se tinha referido, que tinha havido redução nas carreiras da CARRIS. Não houve! As carreiras da CARRIS, na cidade da Amadora mantêm-se exatamente como estavam, não houve nenhuma alteração, mesmo depois deste processo da CARRIS e teremos naturalmente, quando se tiver que discutir mais profundamente e teremos que o fazer seguramente. Se o conseguiremos fazer num todo na Área Metropolitana, sinceramente não sei! Mas, pelo menos cada um de nós, nos grandes centros urbanos e a Amadora está já naturalmente a trabalhar e a fazer essa reflexão, teremos em 2018, quando for o momento, de quando terminar a concessão, que existe relativamente ao transporte rodoviário, que, reequacionar aqui um conjunto de questões relativamente à mobilidade.-----

Se o vamos conseguir fazer os 18 Municípios em conjunto? Eu também acho que seria desejável para a Área Metropolitana ou pelo menos seria melhor para os munícipes que habitam a zona baixo e acima do Tejo da Área Metropolitana.-----

Sei que estas coisas, diz-me alguma experiência, que são sempre complexas, de se conseguir conciliar. De qualquer das formas, mantenho aquilo que sempre disse, relativamente à questão dos transportes. A Câmara delegou a competência na Área Metropolitana de Lisboa e essa delegação não é sem retorno, não é uma delegação eterna. Obviamente, que nós temos que perceber que temos 24 km² de área. Não temos a dimensão de outros Municípios e somos um Município de atravessamento. Tanto que o é que só temos 10 carreiras de início e fim dentro do Concelho da Amadora. E isso poder-nos-á criar aqui, outro tipo de desafios, relativamente à possibilidade ou não, do Município lançar o seu próprio concurso, ou se o lançar associado a outro Município. São questões que estamos naturalmente a ver, sendo certo que, não poderemos manter, ou, não é aceitável que quando terminar a concessão sejam validadas pela Área Metropolitana apenas e unicamente as linhas que temos neste momento a servir a cidade da Amadora, sejam elas de que operador forem, porque naturalmente precisamos



de reforçar e de melhorar também a mobilidade, dentro do Concelho, e, eu sei que isso é um ponto que, é consensual relativamente a todos nós. -----
Depois senhor Presidente, se me permite também, relativamente ao senhor Deputado Isaías. Senhor Deputado dizer-lhe, que podemos não ter o mesmo pensamento muitas vezes, não teremos seguramente! Conheci-o como Professor, na Escola Maria Irene Lopes Azevedo, era eu Vereadora da Educação, mas, não ponha em causa o absoluto respeito que tenho enquanto Presidente da Câmara, pelo senhor Deputado. Naturalmente diz que, as maiorias mandam. Senhor Deputado tanto como mandou a maioria do anterior governo PSD/CDS. Muito obrigada senhor Presidente.”-----

Pelo senhor **Carlos Almeida**:-----
“Muito obrigado senhor Presidente. É muito breve. Tomámos evidentemente boa nota, das informações da senhora Presidente. Vamos ficar a aguardar o resultado destas reuniões com os Ministros. Compreendemos evidentemente que os acontecimentos previstos para Lisboa, no próximo fim-de-semana, julgo que era a isso que se estava a referir, justificam uma mobilização adicional de meios. Em todo o caso, não posso deixar senhora Presidente de referir que, estas discussões, que aqui temos tido, sobre a Caixa Geral de Depósitos, sobre o Metro, sobre o INEM, vem uma vez mais, dar razão àqueles como o PCP, que têm defendido a necessidade de uma rutura com a política que tem vindo a ser seguida.- -----

Porque, de facto, ao contrário dos défices, das realizações orçamentais históricas que o governo do Partido Socialista reclama como seu prémio, aquilo que o país precisa mesmo, mesmo, mesmo, é de investimento! O que o país mesmo precisa, para ultrapassar os problemas e as dificuldades, que foram criadas pela maioria absolutíssima da direita, que acentuou um rumo de desastre no país e que deixou a situação, como temos neste momento, o que precisamos mesmo, é de uma política de investimento. Uma política virada para a resolução dos problemas, para o investimento nas infraestruturas, para a resolução dos direitos dos trabalhadores, que não podem ser postos em contradição com a resolução dos serviços, muito pelo contrário. Trabalhadores com direitos são um instrumento e um recurso fundamental para resolver os problemas do país. Não há contradição, entre direitos dos trabalhadores e resolução dos problemas do país. Muito obrigado.” -----

Pelo senhor **João Paulo Castanheira** (Pedido de Esclarecimento):-----



“Muito obrigado senhor Presidente. Eu subentendi das palavras do Deputado Carlos Almeida, da bancada do PCP, que o governo apoiado pelo PCP, não está a resolver os problemas de investimento e os problemas que afetam o país. -----
Portanto, a minha pergunta é, que consequências tirar desta situação? Porque ter um Partido que apoia um governo, a criticar esse mesmo governo, parece que, é aqui um sinal de alguma, enfim, não me parece que as coisas estejam bem. -----
Portanto, que consequência tira dessa crítica, que acabou de fazer ao governo que o senhor próprio apoia?”-----

Pelo senhor **Carlos Almeida** (Resposta ao Pedido de Esclarecimento):-----
“Muito obrigado senhor Presidente. Senhor Deputado agradeço a sua questão, até porque eu tinha anotado aqui uma nota, para lhe fazer, sobre a sua intervenção de há pouco e ainda bem, que agora colocou o pedido de esclarecimento, que assim poderei responder.-----
Como sabe o senhor Deputado, o PCP não apoia este governo. O PCP tem um acordo de entendimento com o Partido Socialista, relativamente a um conjunto de matérias, que até este momento tem vindo a ser cumprido. Tão só isso!-----
Aliás, o PCP tem mantido na Assembleia, relativamente a questões estruturantes, entre elas, esta que aqui acabei de fazer e outras, a questão da dívida pública, por exemplo. A questão da redução da dívida. A necessidade de rever os prazos, os juros e os montantes da dívida e não apenas uma operação de cosmética, relativamente à dívida. Como sabe, portanto, nós temos inúmeras divergências, relativamente às orientações do Partido Socialista em matéria de governo. -----
Em todo o caso senhor Deputado há um aspeto fundamental. A situação de desastre que o governo do PSD e do CDS trouxe ao país. A situação de desespero para onde arrastou os trabalhadores e a população da Amadora, justificou a necessidade de um acordo, que repusesse o mínimo de dignidade, o mínimo de dignidade que as pessoas merecem. Que os trabalhadores, que os reformados, que os pensionistas merecem e em nome desse mínimo de dignidade, que o PCP fez um esforço de entendimento, relativamente à, digamos, à viabilização do governo e como lhe digo, até a este momento, ele tem vindo a ser honrado, quer pelo PCP, quer pelo PS. -----
Mas, como digo, isso não apaga em nenhum momento e em nenhum momento inibiu o PCP de afirmar na Assembleia da República e no espaço público as suas opiniões e a sua visão política diferenciada dos problemas.-----



Mas, já agora senhor Deputado, se me permite, deixe-me dizer-lhe o seguinte, o senhor Deputado aparentemente fica muito preocupado, quando acontecem coincidência de agendas entre a CDU e o CDS. -----
Olhe, senhor Deputado, eu fico triste. Sabe! Porque eu acho que, a visão que nós temos do poder local. A visão que nós temos do trabalho das Autarquias Locais, é aquele em que entendemos que é possível, independentemente das divergências de opinião, sobre a dívida política, sobre inúmeras matérias nacionais, é possível haver convergência e entendimento ao nível local para resolver os problemas concretos da população. -----
Tivesse o CDS até aqui, convergido mais na agenda de preocupações que a CDU aqui tem trazido, relativamente ao Município da Amadora e o Município da Amadora estaria hoje em melhores condições. Muito obrigado.”-----

VII – PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

O senhor **Presidente da Assembleia** apresentou os assuntos constantes da Ordem do Dia, colocando aqueles à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos que de seguida se enuncia: -----

Ponto 1 - Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea k) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa ao “Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Alfragide – Alteração e Republicação (Proposta nº 122/2017)”. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que, e de acordo com o que ficou definido em conferência de representantes, foi determinado um período de 15 minutos para a discussão da presente proposta, tendo a mesma sido analisada pela Comissão de Desenvolvimento Económico, Finanças e Administração, que elaborou o respetivo parecer, que foi lido pelo 2º Secretário. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** para apresentação da proposta. -----



Pela senhora **Presidente da Câmara:** -----
"Muito obrigada senhor Presidente em Exercício. Este contrato interadministrativo de delegação de competências na Freguesia de Alfragide, vem na linha também de um anterior que tinha sido aprovado aqui relativamente à Falagueira/Venda Nova. Muito obrigada." -----

O senhor **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura das inscrições e não se tendo verificado qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade com 38 votos favoráveis dos membros presentes (21 PS, 7 CDU, 5 PSD, 3 CDS-PP e 2 BE).-----
A proposta ora aprovada e respetivo parecer, encontram-se anexos à presente ata, dela constituindo parte integrante. -----

Ponto 2 - Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea k) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa ao "Acordo de Execução relativo a Delegação de Competências na Junta de Freguesia da Venteira - Aditamento (Proposta nº 136/2017)"-----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que, e de acordo com o que ficou definido em conferência de representantes, foi determinado um período de 15 minutos para a discussão da presente proposta, tendo a mesma sido analisada pela Comissão de Desenvolvimento Económico, Finanças e Administração, que elaborou o respetivo parecer e que foi lido pelo 2º Secretário. -----

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** para apresentação da proposta. -----

Pela senhora **Presidente da Câmara:** -----
"Muito obrigada senhor Presidente em Exercício. Só para dar a nota que aqui falamos do caso da Junta de Freguesia da Venteira de manutenção de espaços verdes e estamos a



falar em concreto da entrada da Amadora, em Carenque, naquela zona verde, na entrada da Amadora. Muito obrigada senhor Presidente.”-----

O senhor **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura das inscrições. Não se tendo verificado qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade com 38 votos dos membros presentes (21 PS, 7 CDU, 5 PSD, 3 CDS-PP e 2 BE). -----

A proposta ora aprovada e respetivo parecer, encontram-se anexos à presente ata, dela constituindo parte integrante. -----

Ponto 3 - Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nº 2 do artigo 16º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, ambos os diplomas na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa a "SIMAS - Tarifas Associadas ao Saneamento – Isenção do Pagamento pelas Associações de Bombeiros dos Municípios de Oeiras e Amadora (Proposta nº 107/2017)" -----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que, e de acordo com o que ficou definido em conferência de representantes, foi determinado um período de 15 minutos para a discussão da presente proposta, tendo a mesma sido analisada pela Comissão de Desenvolvimento Económico, Finanças e Administração, que elaborou o respetivo parecer. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara para apresentação da proposta, a qual prescindiu da mesma, após o que procedeu à abertura das inscrições. -----

Não se tendo verificado qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade com 38 votos dos membros presentes (21 PS, 7 CDU, 5 PSD, 3 CDS-PP e 2 BE). -----

A proposta ora aprovada e respetivo parecer, encontram-se anexos à presente ata, dela constituindo parte integrante. -----



Ponto 4 - Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea g) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa ao "Regulamento para Refeitórios Escolares – Após Consulta Pública (Proposta nº 123/2017)"-----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que, e de acordo com o que ficou definido em conferência de representantes, foi determinado um período de 15 minutos para a discussão da presente proposta, tendo a mesma sido analisada pela Comissão de Desenvolvimento Económico, Finanças e Administração, que elaborou o respetivo parecer.-----

O senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara para apresentação da proposta, a qual prescindiu da mesma, após o que procedeu à abertura das inscrições e interveio o seguinte membro, nos termos que se enuncia: -----

Pela senhora **Deolinda Martin**: -----

"Pois o Bloco de Esquerda relativamente a este regulamento tem algumas divergências do seu conteúdo. Começa pela parte dos pagamentos de refeições. Nós achamos que as empresas que fornecem as refeições deveriam ser elas totalmente responsáveis pela liquidação desse mesmo pagamento. Não queremos ver os professores da escola envolvidos na cobrança coerciva das refeições em falta. Andámos a pesquisar e nos concelhos limítrofes essa função é assumida pela própria empresa. Claro que há uma indicação por parte da escola e a empresa envia aos pais uma carta que o professor entrega. Não é o professor que telefona para as famílias a fazer, portanto, pressão para que a situação seja regularizada. Portanto, esta é a primeira diferença. -----

A segunda, e esta é muito mais grave. O Bloco de Esquerda não aceita que o corpo docente das escolas esteja envolvido no serviço de refeições. -----

E porquê? Porque à hora que os alunos vão almoçar é a hora a que os professores também têm o seu almoço. Os turnos, que aqui fala o regulamento, referem-se aos turnos das turmas. Portanto, se o turno do professor está naquele horário a fazer a sua refeição, não poderá o professor estar a acompanhar a refeição e a fazer a refeição também.-----



Eu penso que tal como os outros trabalhadores, os professores têm direito à hora de almoço e, portanto, rejeitamos que esta tarefa seja dada aos professores. -----
Outra coisa é trabalhar em sala de aula, os comportamentos de competências sociais a ter dentro do refeitório, outra coisa é articular, dentro do projeto da escola, com os alunos programas que possibilitem um melhor funcionamento do horário do refeitório e, por isso, nós aqui somos intransigentes se estas duas situações se mantiverem, nós iremos votar contra o regulamento apenas por estes dois aspetos. Muito obrigada.” -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** para as respostas tidas por convenientes. -----

Pela senhora **Presidente da Câmara**: -----

“Muito obrigada senhor Presidente. Senhora Deputada Deolinda, relativamente às questões que colocou. A senhora Deputada, conhece bem a realidade educativa e sabe bem que nós temos um conjunto, temos o que temos, e a cidade e a realidade da cidade que temos, mas também sabe, porque acompanhou e é muito conhecedora da situação educativa, que principalmente quando falamos de, aqui a preocupação não são os alunos do escalão A, obviamente, porque esses a Câmara assume na totalidade, mas nós temos tido, principalmente nos últimos anos, tivemos muitas das situações de meninos que estão no escalão B e tem necessidade de passar para o escalão A e meninos que até estão no escalão C, aquele em que a família suporta na totalidade o custo do almoço e do lanche, e que por motivos diversos é preciso reavaliar os processos, e a escola, obviamente, fazem-no a uma velocidade grande, porque estamos a falar de crianças. Porque aqui, obviamente, que não é, e a senhora Deputada sabe que não é, porque acompanhou estes processos, não são, isso não mudou, quer dizer, mudaram algumas coisas, porque hoje já não temos senhas, é tudo com os cartões, o que facilita a vida das famílias, da escola e das crianças quando são ainda muito pequenas, mas o funcionamento hoje é igual há 3 anos atrás. Naturalmente, que se temos uma criança que deixa, ninguém pretende aqui que os professores vão cobrar, aliás, se houver cobrança coerciva e felizmente não temos situações dessas, é a Câmara que vai lançar, obviamente, através do seu serviço de execuções fiscais. -----

Porquê aqui a escola junto da família? Porque é a escola quem tem mais facilidade, muitas vezes, de perceber porque é que a criança deixou, ou, a família da criança deixou de suportar. E daí a importância do papel do Coordenador de Escola ou do Professor



titular de turma, que é sempre em primeira instância, se há alguma situação de alteração do agregado familiar que tem reflexos na vida e no percurso, e por essa via no percurso educativo das crianças, ninguém melhor do que a escola. A Câmara obviamente não o consegue fazer, a Câmara não está lá, não está com os meninos. Não nos podemos esquecer que estamos a falar de crianças dos 3 aos 9/10 anos de idade. O que está acima dos 10 anos, já foge da regra, é a exceção. Por isso, crianças muito pequenas, algumas delas, quando falamos de pré-escolar, com muito pouca capacidade de autonomia e ninguém melhor do que a escola para, muitas vezes, ter a perceção de que se o que estamos a falar é de um esquecimento ou se o que estamos a falar é uma situação muito mais complexa que obrigará, inclusive, a articulação da própria escola e da comunidade. Quando digo aqui da comunidade, digo de outros organismos concentrados na Administração Pública, ou, de outras entidades e da própria Câmara, naturalmente, ao acompanhamento diferente à criança. Porque nós, de facto, não estamos lá, os senhores professores, o Professor titular de turma, neste caso, ou, a coordenação da escola está lá, conhece as famílias, conhece a realidade das crianças e é quem, de facto, para o bom e para o mal, tem o primeiro olhar e a primeira perceção sobre o que é que está a acontecer com aquela família que tem repercussões, naturalmente, nesta criança. Dai o envolvimento dos professores neste processo, como tem sido sempre ao longo, desde que temos concursos de alimentação. Obviamente que as coisas foram evoluindo, porque também hoje a realidade é outra do início. De facto, as escolas estarem todas em regime normal, o facto de já podermos fazer todos nós, enquanto pais e encarregados de educação, as marcações sem termos de levar a senha, pôr o nome do aluno e a sala, o dia, a cor da sala. Era uma senha para o almoço, uma senha. Só para preencher as senhas aquilo era meia hora de manhã só para preencher as senhas da semana toda. Felizmente os mecanismos, com a colaboração das escolas, obviamente, não poderia ser de outra forma, são outros também por forma a permitir facilitar a vida também às famílias. -----

Relativamente ao momento da refeição, senhora Deputada, tem a ver exatamente com o mesmo, obviamente, que o objetivo da câmara não é que os senhores professores sejam um complemento do recurso aos senhores da empresa que lá estão, que fazem parte do rácio do concurso público de alimentação ou aos próprios Auxiliares da Ação Educativa, desculpem, agora Assistentes Operacionais, que acompanham as crianças. Agora a escola, nós não conseguimos partilhar o meio da escola, e eu sei que divergimos. A escola começa às 9 da manhã e termina às 15h30, ou, termina às 17h00.



A presença da escola no momento da refeição, e muitas vezes, e a senhora Deputada sabe, que não é com o Professor titular de turma, mas a presença da escola para além de uma presença da empresa, obviamente, a gente também sabe que a empresa é externa, mas que ao fim, eventualmente nas escolas em que temos cerca de 500 meninos a almoçar, mas nas outras ao fim de um mês já se vai conhecendo os gaiatos e os miúdos quase pela turma, porque a gente sabe que as coisas funcionam dessa forma. Mas, é muito importante que nestes momentos tenhamos escola e quando se está aqui a dizer escola, é ter elementos da escola, exatamente. Os meninos almoçam por turnos, é um facto, porque temos muitos meninos que será, acredito eu, bom sinal a utilizar o serviço de refeições e lanche. E o facto de as escolas estarem em regime normal é facilitador também, obviamente, mas também é para facilitar a vida às famílias que isso aconteça. Mas a escola não pára, ou seja, o contexto escolar mantém-se e é importante entendermos que é importante destes anos todos, desde 2002, salvo, erro, ano letivo de 2002/2003 que temos concurso para os refeitórios. Com o que fomos aprendendo desde esta altura que é importante que a escola não deixe de estar presente no momento da refeição. Se é com o titular de turma dos meninos? Provavelmente não será, porque o Professor titular de turma a essa hora está a almoçar. Mas, é aí senhora Deputada quando coloca as questões, por exemplo, do não funcionamento do refeitório, isso é possível, isso acontece em escolas que estão presentes e por isso estão atentas, porque a escola está lá, não deixa de estar lá à hora do almoço. Isto não quer dizer que seja o Professor titular de turma da criança, ou, que seja a Educadora da sala a, b, ou d, do Jardim de Infância, mas o que é importante é que a escola não deixe de estar presente neste momento, porque não deixa de ser também, é verdade que os comportamentos e as questões comportamentais não se adquirem todos sentados à mesa de refeição. Nós sabemos todos isso e conhecemos diversas dinâmicas. Escolas que não têm dinâmica nenhuma sobre o comportamento, sobre o tratamento ou o trabalhar com os meninos estas temáticas. Escolas que têm muitas dinâmicas e que foram encontrando também elas próprias, ao longo dos anos, estratégias para que este seja o momento dentro do rebuliço, porque estamos a falar de crianças pequenas, e se controlar 2 ou 3 já é difícil, 100 a almoçar ao mesmo tempo como imaginam, naturalmente não é fácil. Dentro daquilo que é o normal dentro da irrequietude de crianças entre os 3 e os 9 anos, mas naturalmente e, nós sabemos, muitas vezes, principalmente no pré-escolar muitas das competências, nomeadamente, o pegar nos talheres, muitas vezes, até a própria forma



de pegar no garfo e na colher é adquirido em contexto de Jardim de Infância e no momento da refeição.-----

Muitas vezes, os meninos chegam ao Jardim de Infância sem terem essas competências ainda adquiridas e, por isso, é nesse sentido que sempre que estão envolvidas as escolas e que continuo a entender que é absolutamente essencial que nesses momentos a escola tenha também uma presença no espaço do refeitório. Muito obrigada senhor Presidente.” -----

Pela senhora **Deolinda Martin** (pedido de esclarecimento): -----

“Senhora Presidente, concordo com o que acabou de dizer, embora continue a insistir isto decorre da nossa visão diferenciada da gestão desta área, desta resposta que a escola tem que dar. Para nós, Bloco de Esquerda, os refeitórios deveriam fazer parte da escola, não deveriam ser serviço externo concessionado a outros, porque exatamente como espaço de escola é um espaço que teria uma outra interação, uma outra integração naquilo que é a vida da escola. Assim com pessoas externas que anualmente são, mas, a senhora sabe como eu que são extraordinariamente mal pagos, a maior parte daqueles funcionários. Sabe como eu que transitoriamente passam por ali muitos deles até arranjam uma função com outra remuneração. Contudo, e a proposta que eu trazia aqui era se na alínea, no ponto 7, em que diz “assegurar a presença de pessoal docente”, esta alínea fosse alterada por uma coisa que “assegurar a supervisão pedagógica do pessoal docente”. Uma coisa qualquer, porque o tempo no futuro todos os professores estejam a fazer as refeições e a trabalhar dentro do espaço do refeitório. Foi uma luta que nós tivemos, nomeadamente, no primeiro ciclo, grande. O senhor Presidente desta Assembleia Municipal lembra-se dela e que levámos a bom porto. Conseguimos fazer ouvir as nossas razões e perceber das nossas razões. -----

Relativamente ao pré-escolar, falamos de uma situação diversa. Os meninos do pré-escolar têm uma parte, e até do primeiro ano, tem um parte do início da refeição, sobretudo em que as Educadoras, de facto, estão ali um pouco, e têm o apoio da Assistente Operacional, que normalmente age dentro da sala a colaborar. Eu não sei, vejo aqui, agora penso que este aspeto é um aspeto que se eu, como membro desta Assembleia Municipal, e com responsabilidades de alguma coerência de caminho e posições que defendi, que acho que para a vida da escola isto traduzir-se-ia em prejuízo em relação à estabilização do horário de trabalho, porque se o professor estiver a dar a refeição aos meninos, depois tem de ter o seu horário para ir almoçar e as aulas verão o



seu horário todo ultrapassado, a menos que se retire o horário de almoço aos professores. É isto que para mim é que está aqui em causa. Portanto, propunha uma outra redação no ponto 7, que é esse que fere mais, substantivamente a nossa posição. Relativamente às cobranças, de facto, quem faz a identificação das situações difíceis, e quem está numa escola percebe perfeitamente os casos que são, e há aqui um dado que também convém referir é que os escalões são atribuídos de acordo com o IRS do ano anterior, e às vezes na altura em que os alunos iniciam o ano letivo a situação dos pais já não é aquela que teriam no ano anterior. Portanto, houve modificação com a situação de desemprego, de deslocalização de empresas etc.. -----
Há aqui situações de grande delicadeza, porque há famílias que têm dificuldade em assumir perante a escola essa situação. Portanto, por tudo isto volto a frisar, repensar estes dois pontos no sentido de os tornar mais consensuais. Obrigada.”-----

Pela senhora **Presidente da Câmara** (Resposta ao Pedido de Esclarecimento):-----
“Muito obrigada senhor Presidente. Senhor Presidente, se me permite, e senhora Deputada, tentar, não é desdramatizar, isto não é dramatizar, mas tentar desmistificar algumas questões que acabou aqui de colocar. -----
Senhor Deputada sabe que nós há muitos anos que em conjunto obviamente, sendo um processo de responsabilidade da autarquia. Os concursos são concursos públicos, são por três anos, ao fim de três anos temos de recomeçar o calvário com o lançamento do concurso público, mas exatamente porque tínhamos, começámos numa fase em que não havia alimentação nas escolas, por isso foi preciso começar esse processo com as escolas, quando tínhamos resposta em todas as escolas entendeu-se que fazia sentido, num território com 24 km² de área, tornar esse processo homogéneo, porque a senhora Deputada saberá depois da primeira fase, essa que referiu há pouco e que foi um trabalho muitíssimo importante, foi necessário uma segunda fase de tentar harmonizar, inclusive valores, porque como sabe tínhamos valores absolutamente dispares entre escolas do primeiro ciclo, algumas delas, algumas vezes, lado a lado, porque nessa altura só tínhamos dois agrupamentos, o Agrupamento de Alfovelos e o Agrupamento de Almeida Garrett. Mas, tínhamos valores muito díspares de escola para escola, exatamente, porque tínhamos feito uma primeira fase e depois já tínhamos essa estabilidade de ter tudo com alimentação, precisávamos de passar para o processo seguinte. E como lhe disse senhora Deputada, isto não é mais do que aquilo que já ninguém quer que os senhores professores, naturalmente, fiquem sem almoçar, porque



isso já não acontece agora senhora Deputada. Por isso o que está aqui resulta do trabalho que a Câmara faz com os 12 agrupamentos de escolas e nem mais, nem menos da realidade que a senhora Deputada conhece e conheceu enquanto coordenadora de escola, e nem mais nem menos que a realidade que já temos hoje em contexto de primeiro ciclo e de pré-escolar. Por isso não vejo senhora Deputada, porque se o visse, porque já fizemos outras vezes, alteraríamos, mas não vejo nenhum motivo para alterarmos este ponto 7. -----

Relativamente aos escalões também, porque acho que é importante, porque são matérias muitíssimo sensíveis e importantes, obviamente, estamos a falar de crianças pequenas e não conseguimos educar nem ensinar crianças de barriga vazia, não é? Isso é uma questão que os senhores professores, melhor do que eu, também sabem seguramente. Também a senhora Deputada também sabe que, independentemente, isso é um facto, o escalão ser o de quando se matricula os meninos, desculpe, o IRS ser o do ano anterior também existe a todo o momento desde que as situações sejam sinalizadas, a escola reavalia o processo e, naturalmente, já tivemos anos em que isso aconteceu mais do que outros e, como sabe e por isso as pessoas são recolocadas naturalmente noutra escalão, e houve aí fases em que tivemos um conjunto de situações de desemprego e que era preciso avaliar essencialmente e dizíamos em muitas reuniões, o que nos preocupa não era na altura tanto os meninos que estavam no escalão A e recorde-me de chegarmos a conversar isso muitas vezes com os diretores. A preocupação eram as crianças que estavam no escalão B e as crianças que estavam no escalão C que tivéssemos, e a escola muito atenta, para percebermos se havia necessidade de trabalhar com maior proximidade com a família e regularizar algumas situações. -----

Senhora Deputada, tranquilíssima relativamente a este processo. Não é mais do que passar a escrito, hoje que já está tudo em regime normal, já está tudo com o recarregamento dos cartões aquilo que já se faz há muitos anos, e muito bem, por parte das escolas nesta nossa cidade. Muito obrigado senhor Presidente.” -----

Não se tendo verificado mais nenhuma intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 35 votos a favor (21 PS, 7 CDU, 5 PSD e 2 CDS-PP), 2 votos contra (BE) e 1 abstenção (CDS-PP), encontrando-se



em anexo à presente ata, dela constituindo parte integrante, a proposta ora aprovada bem como o respetivo parecer. -----

**Ponto 5 - Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, conjugado com os nºs 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de junho, ambos os diplomas na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa ao "Convite ao Abrigo do Acordo Quadro celebrado pela CCE-AML para o Fornecimento de Combustíveis Rodoviários – Autorização Prévia para a Assunção de Compromissos Plurianuais (Proposta n.º 139/2017)" -----
-----**

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que, e de acordo com o que ficou definido em conferência de representantes, foi determinado um período de 15 minutos para a discussão da presente proposta, tendo a mesma sido analisada pela Comissão de Desenvolvimento Económico, Finanças e Administração, que elaborou o respetivo parecer.-----

O senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara para apresentação da proposta, a qual prescindiu da mesma, após o que procedeu à abertura das inscrições. -----

Não se tendo verificado qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos 38 membros presentes.-----

A proposta ora aprovada e respetivo parecer, encontram-se anexos à presente ata, dela constituindo parte integrante. -----

**Ponto 6 - Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 53º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro na sua atual redação e alínea b) do nº 1 do artigo 14º do Regimento da AMA, da Moção apresentada pelos Grupos Municipais do CDS-PP e PSD e relativa a "Contra o Encerramento do Balcão da Caixa Geral de Depósitos na Brandoa" (Moção nº 01/AMA/2017) -----
-----**



O senhor **Presidente da Assembleia** informou que, e de acordo com o que ficou estabelecido em conferência de representantes, foi definido um período de 30 minutos para a discussão da presente moção subscrita pelos Grupos Municipais da CDS-PP e do PSD, tendo concedido a palavra a um dos representantes para a apresentação da mesma, nos termos que se enuncia: -----

O senhor **João Matos** efetuou a apresentação do Moção através da leitura do documento, o qual se anexa à presente ata, dela constituindo parte integrante, após o que interveio nos seguintes termos: -----

“É fundamental que esta Agência da Brandoa, localizada na Encosta do Sol, repito tem uma população de cerca de 30 mil cidadãos, continue a funcionar, uma vez que o encerramento do balcão inequivocamente dificulta a vida aos mais idosos, os quais, muitos, têm dificuldade em deslocar-se e incorrer e vão ter obviamente de incorrer em despesas adicionais para que se possam deslocar à agência mais próxima. Não podemos por tal consentir nesta situação e se estamos eleitos pelos cidadãos esperamos que desta Assembleia contemos com o apoio de todas as bancadas para salvaguardar os direitos dos fregueses da Encosta do Sol, uma vez que é isso que está verdadeiramente em causa.” -----

Pelo senhor **Armando Paulino** (Presidente da J.F. Encosta do Sol)-----
“Senhores Membros da Mesa, senhora Presidente de Câmara, senhores Vereadores, caros membros do Executivo, público.-----

De facto, a proposta que o PSD e o CDS-PP nos traz aqui quanto ao encerramento dos balcões da Caixa Geral de Depósitos pelo país é uma situação preocupante. No entanto, eu gostava de votar esta proposta sendo que, gostava de ver salvaguardada a situação da Brandoa que não é tão linear quanto foi aqui colocada. -----

A Junta de Freguesia encetou conversações com a Caixa Geral de Depósitos. Não partimos vidros, nem ocupámos as instalações, não fizemos nada disso, porque de facto, não houve necessidade. -----

Os senhores estiveram lá bem representados, primeiro subscritor, volto a lembrar, o primeiro subscritor do abaixo-assinado é uma camarada vossa. Desculpem lá, estamos aqui, isto parece os jogos florais. -----

O que eu quero dizer é o seguinte, a Caixa Geral de Depósitos encetou negociações com a Junta de Freguesia, criou-se uma solução. A solução não é a boa, é a possível, os



moradores da freguesia não estão abandonados, não vão a pé ao balcão, não têm as dificuldades que são aqui colocadas e que terão com certeza noutros pontos do país. ---- Por isso, eu volto a dizer-vos, eu gostava de votar favoravelmente esta proposta. Queria ver aqui salvaguardada a situação de exceção que até hoje é a da Brandoa e, por isso, deve fazer-se justiça nisto sob pena de estarmos aqui a colocar tudo no mesmo saco, quando na verdade há aqui algumas distinções. -----

A Brandoa é uma exceção e deve ser colocada como tal. A Caixa Geral de Depósitos disponibilizou-se para colaborar connosco. Têm um funcionário permanentemente na Junta durante o horário de expediente para atender os clientes que se lá dirigem e nós colaboramos também, num protocolo que iremos estabelecer com a Caixa Geral de Depósitos, colaboramos com o nosso bus solidário para transportar os utentes ao balcão da Caixa Geral de Depósitos mais próximo. Por isso, não faz sentido que não seja salvaguardada nesta moção esta situação de exceção, a menos que não queiramos "a César o que é de César" ou seja falar a verdade sobre estas coisas. Muito obrigado." ----

Pelo senhor **Carlos Almeida** (Pedido de Esclarecimento): -----
"Muito obrigado senhor Presidente. Senhor Deputado Municipal, duas questões num pedido de esclarecimento. -----

A primeira tem a ver com o seguinte, o senhor Deputado na última Assembleia Municipal a propósito desta matéria fez aqui um apelo muito inflamado para que "vamos falar sério" e se vamos falar sério eu queria que o senhor Deputado informasse esta Assembleia qual foi exatamente a posição da minha camarada eleita na Freguesia das Águas Livres sobre esta matéria, perdão, na Encosta do Sol. Porque o senhor Deputado já aqui insinuou várias vezes que da parte da CDU houve concordância com o arranjo que o senhor Deputado fez com a Caixa Geral de Depósitos. Quando a posição que a CDU tomou em coerência na Encosta do Sol, como aqui, como em qualquer outro órgão do Município, foi contra o encerramento da delegação da Caixa Geral de Depósitos, porque relativamente ao acordo que o senhor Deputado diz ter feito com a Caixa Geral de Depósitos a posição da CDU, na Encosta do Sol e aqui na Assembleia Municipal, e em qualquer outro órgão do Município da Amadora é contra. E portanto, que fique claro e agradecia justamente em nome da seriedade que o senhor Deputado aqui reclamou na última Assembleia que viesse esclarecer esta Assembleia sobre esta matéria. -----

Segundo ponto, senhor Deputado. Eu confesso, eu não sou preponente desta proposta, a posição da CDU será a breve trecho exposta pelo meu camarada Miguel Vidigal, mas já



agora eu fiquei sem perceber o que é que o senhor Deputado exatamente quer propor para boa condução dos trabalhos. Eu gostaria de saber, enquanto Deputado Municipal, o que é que o PS quer exatamente propor sobre esta proposta. Está ou não está disponível para censurar a decisão da Caixa Geral de Depósitos de encerramento do balcão da Brandoa? Esta é a questão que estamos aqui a discutir. Não é uma moção de apoio à iniciativa da Junta de Freguesia da Encosta do Sol. O que aqui estamos a discutir é uma posição da Assembleia Municipal sobre o encerramento para a Caixa Geral de Depósitos do balcão da Brandoa. E sobre esta matéria gostaria de saber, porque para mim não ficou claro, qual é a posição do Partido Socialista. Se me puder esclarecer, agradecia. Muito obrigado.”-----

Pelo senhor **Armando Paulino** (Presidente da J.F. Encosta do Sol) (Resposta ao Pedido de Esclarecimento):-----

“Senhor Deputado vamos lá a ver. São assuntos sérios que estamos a tratar e como são de assuntos sérios que estamos a tratar eu nunca disse aqui que a primeira subscritora do abaixo-assinado contra o encerramento do balcão da Brandoa teria feito outra coisa que não fosse isso mesmo. E se os senhores quiseram entender outra coisa, eu já sei, eu já vos entendo tão bem. -----

Essa é a questão, a questão é que, de facto, a primeira subscritora que foi, aceitou o convite, e muito bem, e trabalhou muito bem na recolha de assinaturas para que o balcão não encerrasse. Essa questão e quando se trata de assuntos sérios não gostam de ouvir. -----

Depois dizer-vos que, de facto, a solução que foi encontrada na Brandoa, é uma solução que pode ser replicada para outros pontos do país. Foi a possível. E foi aquela de não deixar a população ao abandono, de facto, como os senhores gostavam que fosse, não é? Sem alternativas, como temos alternativas, os senhores não vos está a agradar a história da solução da Brandoa. É isso mesmo, não é? Eu ainda não vos disse aqui que não estava contra o encerramento do balcão, bem pelo contrário. Claro que estou contra o encerramento do balcão, agora eu penso que aqui a bem da tal honestidade é que se deve ser referido que foi encontrada uma solução para resolver o problema ou para atenuar o problema dos moradores da Freguesia da Brandoa. É só isso, mais nada. A questão é tão simples quanto isto.”-----

Pelo senhor **João Paulo Castanheira**: -----



“Muito obrigado senhor Presidente. Eu devo dizer que sou daqueles que defende e sempre defendeu a continuidade da Caixa Geral de Depósitos como Banco público. Essa é, aliás, a posição do CDS, sempre foi, essa é a posição do CDS. Sempre fui contra, sempre foi um partido contra a privatização da Caixa Geral de Depósitos por entender que é um instrumento importante de intervenção nos mercados financeiros e na economia. Agora é preciso ver qual é o papel que se quer para a Caixa Geral de Depósitos, como é evidente, e o que é que se quer fazer na Caixa Geral de Depósitos. Creio que todos nós sabemos que a presença nacional da Caixa Geral de Depósitos mesmo nos sítios onde os outros não estão é um elemento diferenciador do papel da Caixa Geral de Depósitos. E obviamente admitindo reajustamentos na rede quando se fala de um plano a 3 anos para se encerrar 25% das agências e para prescindir de 2000 funcionários, isso é um bocadinho mais do que um pequeno reajustamento. E também entregar o monopólio bancário a um concorrente privado numa freguesia com a dimensão da Encosta do Sol é algo que nós não podemos obviamente compreender. Agora eu queria dizer ao senhor Presidente da Junta e Deputado, caro colega Armando Paulino, que, enfim, não querendo minorizar os esforços da Junta e peço que não entenda nesse sentido, eu acho que não é por o Governo mudar que o nosso padrão de exigência deve baixar em relação a estas matérias, porque, enfim, digamos que ter uma mesa com uma menina, perdão, uma mesa com uma funcionária no edifício da Junta não é propriamente a mesma coisa do que ter uma agência bancária aberta. Por exemplo, não existe tesouraria e, portanto, eu acho que esta lógica de, às tantas vamos ter os presidentes de junta aí pelo país, de manhã fazem a gestão da junta e à tarde fazem aconselhamento sobre as poupanças aos fregueses. -----
Portanto, há aqui uma mistura que me parece que não faz nenhum sentido e que é um atamancar de uma solução. Eu diria que o próximo passo é o quê? O próximo passo se aceitarmos baixar este grau de exigência, é o quê? É pôr um carrinho à porta da junta que vende cachorros quentes e faz serviço bancário? Ou uma roulotte de faturas? -----
Eu acho que nós temos que perceber bem as coisas. Uma coisa é uma agência bancária e nós tínhamos na Brandoa uma agência bancária. Nós, acho que esta proposta que vem aqui hoje diz, é que seja reavaliada esta decisão no sentido de reabrir a agência bancária. Não se diz mais nada, nada de muito complicado e creio que todos nós estamos de acordo com isto. Há aqui alguém que assuma que não quer a reabertura do balcão da agência? Nós estamos aqui a dizer e a pedir que seja reavaliada esta decisão, porque achamos muito estranho este critério. Uma Freguesia com a dimensão da



Encosta do Sol vai encerrar o balcão porquê? E as pessoas da Encosta do Sol vão ter que ir num minibus e não sei quê para não sei para onde? Isto é um bocadinho incompreensível e nós, Autarcas da Amadora, não podemos aceitar este rebaixar do grau de exigência. Nós estamos aqui para defender as populações da Amadora, não é para defender mais nada, nem mais ninguém e, portanto, neste sentido é óbvio que aquilo que nós temos todos que defender é que o encerramento seja revertido e que a decisão seja reavaliada. E é isso que é aqui trazido hoje, não é nada mais complicado do que isso. Portanto, é nesta lógica que eu pediria que fosse analisada esta proposta. Muito obrigada.”-----

Pelo senhor **Jaime Garcia** (Presidente da J. F. Águas Livres): -----
“Senhor Presidente da Mesa, senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, caros colegas, digníssimo público. -----
Eu não venho aqui discutir o pormenor, se está bem ou não está bem o facto de encerrarem ou não encerrarem “n” agências da Caixa Geral de Depósitos por este país fora. Aquilo que venho aqui discutir é que se exige de uma Junta de Freguesia ou de um Presidente de Junta que tenha que ser o baluarte, que tenha de ser ele ou ela a pessoa que tem que impedir isto tudo, como se nós tivéssemos algum poder na mão para poder decidir que não queremos a nossa Caixa Geral de Depósitos fechada aqui ou acolá. O que nós podemos é fazer o trabalho que temos feito e que, se calhar, o colega da Brandoa fez. Na medida do possível, negociou, entabulou negociações para tentar chegar e minimizar o problema e ai tem que se louvar. Não é depois questionar, mas o que é que o senhor Presidente fez? O que é que não fez? Porque é que tem de ter a Caixa Geral de Depósitos? Porque é que não ter que ter? Isso já sucedeu no passado com os CTT’s. Já fizeram arrombamentos em relação aos CTT’s e no fundo os CTT’s foram retirados na mesma. E quem é que ficou com a acusação de não intervir e de não fazer não sei quê? Porque também não temos jeito para muitas coisas. É exatamente, os Presidentes de Junta. Eu já passei por aquilo, já sei o que é aquilo. -----
Felizmente que a Caixa Geral de Depósitos da Damaia não vai fechar. Felizmente isso, porque senão também estaria a entrar numa situação idêntica. Mas, se calhar isto não será exclusivamente de agora, eu também quero alertar que se calhar e nós aqui ainda não discutimos esse pormenor. Isto não é de agora, a dificuldade com que a Caixa Geral de Depósitos está a debater não é exclusivamente de há um ano e picos ou dois anos a



esta parte que o Governo está em funcionamento. Se calhar isto já tem repercussões do passado que obrigaram a isso mesmo que está a acontecer.” -----

Pelo senhor **João Matos**: -----

“Senhor Deputado Armando Paulino, só gostava de lhe fazer uma pergunta, até porque existem aqui várias pessoas ligadas ao setor financeiro. -----

Que tipo de operações bancárias é que esse colaborador da Caixa Geral de Depósitos faz? Que tipo de atividades bancárias? É só mesmo aconselhamento? Ou faz alguma operação bancária concreta? É isso que eu gostava de saber.” -----

Pelo senhor **Miguel Vidigal**: -----

“Ora muito boa noite senhor Presidente da Mesa, senhora Presidente da Câmara, senhores Deputados, digníssimo público. -----

Eu já não tenho a certeza o que é que estamos aqui a discutir hoje. Há aqui um conjunto de coisas que parece que estamos a discutir duas questões diferentes. Há uma moção que está, enfim, talvez uma moção muito, mas muito mais envergonhada do que outras a que nos habituaram no passado e na última Assembleia, porque, enfim, fogem às tendências privatizadoras do anterior Governo, que nós sabíamos o que é que queriam para o Metro e sabíamos o que é que queriam para a Caixa Geral de Depósitos, enfim. O CDS diz que não, o CDS agora até está contra uma iniciativa privada e tudo, que é uma coisa que eu registei e está aqui apontada. Portanto, eu acho que é interessante. -----

Agora aqui a questão é que nós estamos contra o encerramento deste balcão da Caixa Geral de Depósitos, e já agora em relação a mais um conjunto de balcões da Caixa Geral de Depósitos, ou não? E o que se passou aqui, o que se tem passado aqui a discutir é, nós estamos contra o encerramento, nós estamos mais ou menos contra ou até estamos a favor desde que vamos transformar os balcões das Juntas de Freguesia em agências bancárias. Ora naturalmente que essa não é a questão, isso condiciona esta discussão. E o que nós temos de afirmar de forma clara é se, nós estamos a favor ou contra o encerramento de agências da Caixa Geral de Depósitos? Desta, da Brandoa, e das outras também. -----

Em coerência, porque somos coerentes e porque somos sérios, a CDU naturalmente que está contra o encerramento desde balcão, está contra o despedimento do número de trabalhadores que se prevê, e está contra o encerramento de todos os outros balcões que se preveem num prazo de 3 anos, naturalmente. -----



Nós não encontramos aqui nada, nesta moção que nos é apresentada, não encontramos aqui nada com que não concordemos. Quando dizemos, nós precisamos disto, defendemos, este é um serviço público essencial? É, sim senhora! É tudo isso e estamos contra o encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos na Brandoa. Sejam claros em relação a isto. -----

O facto depois ser do CDS e o PSD a apresentar ai tendo em conta a história recente, bom enfim, nós já estamos ficando habituados à memória, a uma certa amnésia seletiva em relação a condutas passadas e, portanto, não nos surpreende esta, como não nos surpreendeu em relação ao metro na última Assembleia, e como provavelmente não nos irão surpreender outras no futuro. -----

Mas, da parte da CDU somos claros a afirmar e esta é que é a questão. Somos contra o encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos da Brandoa. E, naturalmente, entendemos que, de facto, há explicações que devem ser dadas para nós percebermos mesmo o que é que se quer da Caixa Geral de Depósitos. -----

Eu tenho muitas dúvidas que aquilo que a CDU defende para a Caixa Geral de Depósitos seja o que o PSD ou o CDS defendem, tenho mesmo enormíssimas dúvidas a esse respeito. Agora entendemos que é um banco essencial, que é um instrumento de atuação na política económica de um país essencial e, portanto, naturalmente, não podemos ver o encerramento desenfreado de balcões e agências da Caixa Geral de Depósitos por país fora. Portanto, naturalmente que votamos a favor esta moção. Registamos, enfim, uma certa falta de vergonha mais envergonhada que na última Assembleia em relação aos seus preponentes, mas isso fica com cada um. Muito obrigado.” -----

Pelo senhor **João Vieira**:-----

“Boa noite senhor Presidente, senhora Presidente de Câmara, caros colegas. ----- Perguntava o Deputado Miguel Vidigal o que é que estamos aqui a discutir hoje. Bom, estamos a discutir bandeiras. Bandeiras eleitorais. É o habitual das bandeirinhas, estamos em época de eleições, em época da caça e o CDS e o PSD declararam a abertura da caça e a CDU também. Eu percebo efetivamente, percebo isso, e relativamente à coerência invocada pela CDU até percebo também, justiça vos seja feita. Já a incoerência do CDS e do PSD obviamente também fica registada e todos nós, enfim, temos memória pelo menos, e temos alguma vergonha na cara. Sabemos que efetivamente, esta é uma corrida desenfreada agora atrás desta bandeira que lhes



apareceu como já apareceu outra como no passado e se calhar numa próxima semana estão aí outras.-----

Agora há aqui um aspeto que é importante é nós pensarmos num princípio que é imutável, é de que “o bom é inimigo do ótimo” e perante uma situação de facto criada tal e qual como está, independentemente de se estar contra ou não se estar contra, enfim, procurar esperar reverter a situação ou não. -----

A situação é esta, os eleitos da Encosta do Sol encontraram uma solução que mitiga os reflexos negativos da situação e, portanto, era de todo, enfim, devido que uma referência fosse feita nesta moção e, aliás, o Paulino já reclamou, digamos essa mesma referência, que fosse, de facto, feita uma referência no sentido de louvar uma solução encontrada pelos eleitos da Encosta do Sol para mitigar a situação de facto criada. O resto, depois logo veremos.” -----

Pelo senhor **António Ramos Preto:** -----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Amadora, senhora Presidente da Câmara, caros colegas. -----

Estamos a falar de um assunto sério, é verdade. Toda a gente veio aqui com seriedade apresentar as suas posições. Ninguém nesta Assembleia concorda com o encerramento da Caixa Geral de Depósitos da Brandoa. Ninguém! Nenhum eleito local, consciente dos seus deveres para com a população, concorda com o encerramento da Caixa Geral de Depósitos de uma freguesia que tem a população que tem, e que tem digamos a idade que tem. Toda a gente concorda com isso. Isso aí penso que não deveriam vir aqui dizendo que concordam mais do que outros, que são mais preocupados que outros. ----

Também é preciso não esquecer a história, não é chegar aqui e dizer que estamos contra o encerramento da Caixa Geral de Depósitos. Eu acho que todos temos de assumir responsabilidades políticas sobre aquilo que é a nossa conduta na vida ativa ao longo dos anos. Penso que foi o Vidigal que já aqui referiu parte disso, mas também quer fazer aqui uma referência à posição do PCP e farei durante a minha intervenção. Todos temos de assumir as nossas responsabilidades. -----

A Caixa Geral de Depósitos toda a gente sabe que em 2012, 2013, 2014 e 2015 deu prejuízo. Toda a gente sabe isso. Está nas contas, foram apresentadas ao país. Toda a gente sabe que durante anos não se encontrou uma solução, o Governo não quis encontrar. Não quero emitir aqui um juízo de valor, a dizer porque é que queria a privatização da banca, da Caixa Geral de Depósitos, apesar de ainda ter ouvido no outro



dia a Dr^a Maria Luís Albuquerque há dois, três dias, dizer que agora não está de acordo, neste momento, mas que interessa e tal. Bom, todos temos a nossa responsabilidade, e o que é um facto é que este Governo quando assumiu a responsabilidade de governar o país fez uma coisa contra a maioria das vozes, mesmo dos neo liberais, que diziam que era impossível capitalizar a caixa. -----

Já se esqueceram disso? Sem ir ao deficit, conseguiu aprovar um plano de recapitalização da Caixa sem que os milhões que todos nós temos que ir meter na Caixa não sei quantos são, 4 mil milhões, 5 mil milhões, que resultam dos impostos que cada um de nós paga. Conseguiu que isto não fosse ao *deficit*. Isto é importantíssimo para a economia nacional, para as finanças nacionais, para os empréstimos que temos, para a taxa de juro que pagamos, para mantermos o *deficit* na situação em que mantivemos. Portanto, vamos lá assumir responsabilidades. -----

Nós entendemos, o PS sempre entendeu, que um banco público, como a Caixa Geral como banco público era imprescindível ao desenvolvimento do país e que é uma estrutura que há de apoiar, e apoia, e apoiará as empresas e os setores estratégicos de Portugal e que esse encerramento da Caixa Geral de Depósitos ou o seu desmembramento ou a sua passagem para banco privado concorrente com os outros bancos privados era inaceitável para o pensamento do Partido Socialista, do PCP e do Bloco. Isso eu sei e portanto, nós todos também, o PCP, Bloco e PS, também têm de ser responsáveis pela assunção desta posição. -----

Agora o que é que nós sabemos? Nós sabemos é que fomos confrontados com uma situação em que na sequência do plano de recapitalização, obviamente que é preciso tomar medidas no que toca a Caixa Geral de Depósitos. -----

A Caixa Geral de Depósitos não pode continuar como estava antes do projeto do processo de recapitalização. Não pode, por uma questão de racionalidade, porque a Caixa Geral de Depósitos tem de passar novamente a dar lucros, porque se der lucros são os contribuintes que beneficiam com os lucros da Caixa Geral de Depósitos e se der prejuízo, como deu durante 4 anos, são os contribuintes que têm que pagar os prejuízos. Então temos que assumir as responsabilidades. Queremos que sejam os contribuintes a pagar os prejuízos da Caixa Geral de Depósitos ou queremos que a Caixa Geral de Depósitos tenha uma racionalidade de gestão que permita que tenha lucros que sejam, digamos transferidos para o tesouro e, portanto, que atenuem, digamos, a nossa situação financeira. -----



Nós queremos que seja um banco público que apoie, digamos, os sectores estratégicos. Que apoie, digamos, as pequenas e médias empresas. Queremos isso e, portanto, se queremos isso é preciso que o plano de recapitalização mantenha um conjunto de situações, mantenha a estabilidade das carreiras, os sindicatos e os trabalhadores dos sindicatos da Caixa Geral de Depósitos que estão em concertação com a Caixa Geral de Depósitos e com a Administração, digamos, no plano de recapitalização, a ver qual a melhor forma de, digamos, atenuar o impacto deste plano de recapitalização nas suas vidas, quer através de reformas antecipadas, quer através de outras situações. -----
E portanto nós, o país tem de assegurar a solubilidade da Caixa e isso é muito relevante, e isso em termos do país está atingido e nós também, nós, o Partido Socialista, na sequência do que eu acabei aqui de dizer que nós temos de ter uma Caixa forte, uma caixa futura, com seguro, com futuro que não fique à mercê do mercado. -----
Eu sei que se a Caixa tivesse sido privatizada, amigos, se a Caixa tivesse sido privatizada se calhar se tivesse sido privatizada e se tivesse transformado num banco privado se calhar ninguém gritaria na Assembleia Municipal da Amadora pelo encerramento das agências desse banco privado. Ninguém se preocuparia com isso, mas aqueles que queriam a privatização da banca, são aqueles que dizem assim, não! Já aqui mantiveram o banco público têm de a manter a dar prejuízo. Se a mantiveram como banco público, ela deve continuar a dar prejuízo e os contribuintes devem continuar a pagar esse prejuízo. Agora nós entendemos que, efetivamente, o banco público, como banco público, deve dar lucro, deve esse lucro ser reflexivo, digamos, nas finanças do país e que o país e os contribuintes merecem mais respeito e a direita que tudo fez para destruir a Caixa, não tem autoridade moral para vir agora argumentar a natureza do banco público para impedir medidas que o Estado português se comprometeu para que seja possível manter a Caixa no sector público, que tão necessária é, em nosso entender, como instrumento de ajuda à economia nacional. -----
Agora, nós entendemos que tem de haver aqui uma rácio, e que essa rácio do encerramento dos balções, tem de haver aqui uma rácio, digamos, no encerramento dos balções. Tem de haver uma rácio. Agora e por isso eu não tenho nenhum pré-conceito em votar moções que vão no sentido correto. Venham elas do CDS, do PSD ou até do PCP e que nós votámos uma aqui na última Assembleia Municipal. -----
Não tenho nenhum pré-juízo sobre o conteúdo da moção pelo facto de estar assinada pelo CDS, pelo PSD ou pelo PS ou pelo Bloco de Esquerda. Não tenho nenhum pré-juízo, não é isso que me move. E, por isso, eu apelo, senhor Presidente, aos subscritores e



apresentadores desta moção no sentido de manterem, obviamente a sua posição se quiserem mantê-la, mas apelo no sentido de que esta moção, que foi apresentada, senhor Presidente, a 14 de abril, e eu compreendo quando eles pedem que seja reavaliada, não pedem a revogação, pedem que seja reavaliada. Claro que o senhor Engenheiro Joao Paulo castanheira já veio dizer que reavaliada queria dizer revogada a decisão, mas não contavam que antes de ela sequer ser apresentada na Assembleia o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Encosta do Sol e os outros senhor Presidente, e os outros eleitos, nossos colegas eleitos locais noutra órgão de poder local que é a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia tenham tomado a iniciativa no sentido de minimizar os danos, tomaram a iniciativa de tentar minimizar os danos no sentido de dizer, bom perante esta situação pelo menos que haja aqui, enquanto não se reavalia profundamente esta questão, haja aqui a salvaguarda, digamos, dos mínimos às populações no sentido de reconduzirmos onde haja Caixa, no sentido de ter aqui um funcionário, no sentido de ajudar as pessoas, nomeadamente as mais idosas a resolverem os seus problemas, independentemente da posição de princípio. E a posição de princípio é estar contra efetivamente o encerramento da Caixa Geral de Depósitos. E, por isso, apelava ao PSD e ao CDS, sem nenhum pré-juízo como eu tenho, para que introduzissem aqui que se exige a decisão de encerrar a agência da Brandoa, ou se quisessem 5 minutos, senhor Presidente, com a sua tolerância e concordância, para eu fazer aqui, digamos, uma adenda, porque também é justo, como estamos todos contra, também é justo que se realce, digamos a posição da Junta de Freguesia e dos eleitos de todos os Partidos da Encosta do Sol, no sentido de que, seja introduzida aqui, digamos, uma referência, digamos às diligências, independentemente de todos estarmos de acordo que se deve manter aberta, o balcão da Caixa Geral de Depósitos. Disse senhor Presidente.” -----

Pelo senhor **Presidente da Assembleia:** -----

“Não sei se posso antes ou não, há um pedido de inscrição do Nuno Antunes, posso, posso, não se importa, há um pedido de inscrição do Nuno Antunes e pelos vistos há um pedido de apelo no sentido de suspender a Assembleia durante 5 minutos, para ver se há um entendimento em relação à proposta. E a questão aqui é perguntar ao Deputado do Bloco de Esquerda, se prefere fazer a intervenção já ou depois.” -----

Pelo senhor **Nuno Antunes:** -----



“Eu espero, eu espero.” -----

Pelo senhor **Presidente da Assembleia:** -----

“Ok. Deputado João Paulo Castanheira há uma proposta no sentido contrário, da suspensão ou não da suspensão? Ok, então podemos suspender, vamos suspender a Assembleia por 5 minutos.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** suspendeu a sessão, por um período de 5 minutos, após o que retomou os trabalhos e em que intervieram os membros nos seguintes termos: -----

Pelo senhor **Ricardo Carmo:** -----

“Senhor Presidente, senhora Presidente, senhores Vereadores, senhores Deputados. Como a alteração é só feita, dois pormenores em dois parágrafos, se me permitem, passarei só a ler os dois parágrafos que foram alterados. -----
Portanto o quarto parágrafo passará a ter a seguinte constituição: “Apesar do esforço da Junta de Freguesia da Encosta do Sol, demais eleitos e das populações para encontrar uma solução que minimizasse este efeito, o anunciado encerramento da agência da Brandoa da C.G.D, causará fortes prejuízos de natureza social e terá um impacto muito negativo na população da freguesia, parte da qual envelhecida, e sem acesso a operações bancárias digitais ou impedida de se deslocar a agências situadas em zonas limítrofes, por dificuldades de mobilidade e transporte.” -----

O sexto parágrafo passará a ter a seguinte constituição “Questiona-se pois, como poderá considerar-se aceitável que o banco público ceda o monopólio da operação bancária de uma freguesia com uma dimensão da Encosta do Sol, a uma instituição privada concorrente, abandonando uma vasta população que ao longo de gerações se habituou a confiar as suas poupanças na Caixa Geral de Depósitos.” -----

Pelo senhor **Miguel Vidigal:** -----

“Muito obrigado senhor Presidente. Mais uma vez os meus cumprimentos a todos na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----
Ora vamos lá ver, nós estamos aqui a discutir um conjunto de coisas, falou-se em seriedade, falou-se em coerência e falou-se em bandeiras. Ora sejamos claros, a primeira bandeira que foi aqui hoje enterrada, foi por um senhor Deputado, que também



é Presidente de uma Junta de Freguesia que já está, foi o primeiro a iniciar a campanha eleitoral nesta Assembleia Municipal. Sejam muito claros nisto. Esta é logo a primeira questão, é essencial colocar-se. -----
Segunda questão, em relação à coerência e às propostas que o PCP tem defendido, sejam claros, nós queremos um banco público que funcione como um banco público, e não temos qualquer responsabilidade em quem fez com que um banco público funcionasse como um banco privado. -----
E como tal não concordamos com algumas coisas desta propostas para a manutenção do banco público, como é natural não esperaríamos certamente que o PCP e que a CDU algum dia concordassem com qualquer proposta que envolva o despedimento de trabalhadores, sejam claros, acho que isto é uma questão de coerência e em relação à coerência não nos podem acusar de não defendermos este tipo de posições, sempre foram as nossas. Por fim, última questão, num esforço de encontrarmos aqui uma solução que defenda aquilo que é o essencial, e o essencial é combater este encerramento deste balcão, e outros que vão existir no futuro, porque o plano é para 3 anos e portanto provavelmente viremos a assistir a algum encerramento na Damaia, não agora, mas depois, e vamos lá ver se depois quando houver o encerramento na Damaia, não vamos a ter mais uma agência bancária numa Junta de Freguesia, que é isso que eu espero que não venha a acontecer. Mas como aqui o propósito é exatamente combater o encerramento deste balcão e de outros, e de outros no âmbito deste processo, naturalmente a CDU vai votar favoravelmente esta Moção. Muito obrigado.” -----

Pelo senhor **Presidente da Assembleia:** -----
“Muito obrigado, há uma proposta, há uma proposta que é a que está em cima da mesa, com essa alteração feita pelo Líder da Bancada do PSD, certo? Senhores Deputados estamos em condições de votar ou estamos em negociações ainda? Estamos em condições de votar? Bom, eu pedia depois que fizessem chegar à mesa, antes de acabar a Sessão a Proposta, já fez? É só para dizer, as propostas de alteração são entregues antes de votação, de qualquer maneira. -----
Vamos passar à votação da proposta com a alteração entretanto apresentada pelo Líder da Bancada do PSD há 2, 3, 4 minutos. Estamos de acordo?” -----

Não se tendo verificado mais intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a moção a votação, a qual foi



aprovada por unanimidade com 38 votos favoráveis dos membros presentes, encontrando-se em anexo à presente ata, dela constituindo parte integrante, o documento ora aprovado com as alterações introduzidas. -----

Ponto 7 - Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 53º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro na sua atual redação e alínea b) do nº 1 do artigo 14º do Regimento da AMA, da Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU e relativa à "Condenação da Guerra de Agressão contra a Síria" (Proposta nº 02/AMA/2017) -----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que, e de acordo com o que ficou estabelecido em conferência de representantes, foi definido um período de 30 minutos para a discussão da presente proposta, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU tendo concedido a palavra ao representante para a apresentação da mesma. -----

O senhor **Carlos Almeida** efetuou à apresentação da proposta através da sua leitura e nos termos do documento que se encontra anexo à presente ata, dela fazendo parte integrante, após o que interveio nos seguintes termos: -----

"Quero apenas em relação ao que esta proposta, à apresentação desta proposta cujo conteúdo me parece absolutamente claro, reforçar apenas um ponto que tem que ver com o seguinte: -----

Muitas vezes, é um parecer que respeitamos, se entende que matérias de natureza internacional não devem ser sujeitas, são deslocadas de apreciação em fóruns como o de uma Assembleia Municipal. Nós sempre tivemos uma consideração diferente sobre esta matéria, nós pensamos que uma Assembleia Municipal é um fórum de debate político, e todas as matérias são próprias de qualquer espaço de cidadania, qualquer espaço de representação popular, como é a Assembleia Municipal. Mais ainda quando estamos a falar da guerra e da paz, mais ainda no mundo de hoje, em que os assuntos da guerra e da paz são assuntos, se quisermos globais, mas também eles locais, porque têm interferência direta na nossa vida, tem intervenção direta na relação entre os Estados, tem interferência direta nas decisões Políticas, cujas responsabilidades, cujas consequências se repercutem naturalmente sobre os cidadãos. E portanto, mais ainda, repito, tratando-se de um assunto como a guerra e a paz, e uma guerra aliás, com



contornos particularmente violentos, particularmente deploráveis, nos parece que deve merecer a consideração por parte desta Assembleia Municipal, e o conteúdo da proposta que aqui apresentamos procura justamente situar-se dentro do marco fundamental, que é a Carta das Nações Unidas e os princípios elementares e fundamentais do Direito Internacional e da relação entre os Estados. Muito obrigado.” -----

Pelo senhor **João Matos**: -----

“É evidente que da parte do PSD, condenamos e condenaremos todos os ataques, atentados terroristas ou qualquer violência sobre o direito à vida dos cidadãos, venham eles de onde vierem, um conflito desta natureza e em especial no conflito Sírio não há culpas só de um lado. -----

Agora olhando para a vossa proposta no quinto parágrafo, que é dito, e passo a citar, “Entretanto prosseguindo a escalada de confrontação com consequências imprevisíveis para a paz e a segurança Mundial, os Estados Unidos, lançaram no passado dia 7 de Abril, um bombardeamento sobre território sírio, em desafio contra todas as normas e princípios de direito e da legalidade internacional.” E que depois culmina com a condenação em particular, e volto a citar, “o ataque aéreo dos Estados Unidos.”, no fim da linha, o propósito desta proposta. -----

Senhores Deputados, então e a condenação veemente, o ataque covarde, a atrocidade do Regime de Bashar al-Assad, dias antes com o uso de armas que são proibidas, e que devem continuar proibidas. Mas os senhores ainda permanecem presos a esta ideologia cega de que as culpas são sempre inevitavelmente dos Estados Unidos, respeitemos, todos, e repito, todos os inocentes desta história, os civis que morrem numa guerra ignóbil. -----

Por esse mesmo facto, por respeito a estas pessoas votaremos contra.” -----

Pelo senhor **João Paulo Castanheira**: -----

“Senhor Presidente, eu vou ser muito breve, mas pedia-lhe 1 ou 2 minutos de tolerância para que o meu colega Isaiás Afonso possa também dizer qualquer coisinha sobre esta matéria. -----

Nós, enfim, para colocarmos esta discussão no patamar correto, importa lembrar um aspeto. O Parlamento Português no dia 7 de Abril, votou um Voto de Condenação do ataque químico do regime sírio, contra o seu próprio povo, um voto que foi apresentado quer pelas Bancadas do PSD e do PS, e que teve os votos favoráveis do CDS, do Bloco



de Esquerda e do PAN, para além do PSD e do PS, obviamente, e que teve o voto contra do PCP. Em alternativa o PCP inventou um Voto de Condenação às operações de destabilização do Ocidente na Síria que foi chumbado, obviamente, não é? -----
Portanto é isso, é uma variação disto que aqui vem hoje, é uma espécie de telex, porque não há email, deve ser ainda telex que vem do Comité Central do PCP, ou fax na melhor das hipóteses, que vem do Comité Central do PCP ou sinais de fumo, talvez, com uma realidade paralela, uma realidade paralela sobre a Síria e nós percebemos porquê. Porque a Síria é Governada há 50 anos pelo mesmo Partido, e o PCP gosta disso. Há 17 anos pelo mesmo ditador, e o PCP gosta disso, nos 30 anos antes deste ditador, pelo pai do ditador atual, e o PCP gosta de regimes e de tiranos que passam de pai para filho, e de irmão para irmão, seja em Cuba, seja na Correia, seja na Síria. -----
Agora nós, CDS não gostamos disso, gostamos de liberdade, gostamos de Democracia, estamos contra todas as ditaduras, sejam comunistas, sejam fascistas e portanto aquilo que aqui vem hoje é uma tentativa de branqueamento da história, em que se vem condenar os Estados Unidos, veja-se lá bem, os Estados Unidos. E não há uma palavra sobre o ataque químico contra o seu próprio povo. -----
E portanto obviamente uma Assembleia Municipal que se dê ao respeito, nunca na vida poderia subscrever uma coisa destas e votar favoravelmente uma coisa destas. Obviamente votaremos contra. Muito obrigado.” -----

Pelo senhor **Isaiás Afonso**: -----

“Peço então que seja dispensado os cumprimentos habituais. Ninguém é a favor de uma guerra mas a favor da paz, certamente, mas a proposta da CDU revela realmente o antiamericanismo primário, como é useiro e costumeiro, sempre os Estados Unidos os culpados, como se a guerra na Síria apenas tivesse como protagonista os Estados Unidos realmente. Não é por nada, a participação da Rússia, porque já não é URSS, a orfandade política do PCP no âmbito internacional, não impede a continuidade de efetivamente de serem sempre os Estados Unidos os culpados de uma guerra. É verdade que o Mundo Ocidental apoiou, sem dúvida alguma, apoiou a ditaduras Árabes durante anos, mas também é preciso dizer, mas também é preciso dizer, também é verdade que, a Primavera Árabe começou na Tunísia com a participação de uma juventude em que muitos dessa juventude, foram preparados nos meios de comunicação social pelos Estados Unidos, mesmo no próprio território americano com subsídios americanos, quando o vendedor ambulante, quando o vendedor ambulante ali se imolou pelo fogo,



foi essa juventude que conseguiu a demissão do Ditador Ben Ali. O Egito foi a mesma coisa com Mubarak. O Ocidente possibilitou a liquidação de Kadafi, na Líbia, mas não pode ser culpado, também este Ocidente, pelas tribos da Líbia não se terem entendido na formação de um Governo coeso. -----

A Primavera Árabe, a Primavera Árabe depressa se transformou no Outono ou no Inverno Árabes, e a Síria, e a Síria é mais um caso da existência de um ditador. Mas há ditadores bons, e os maus, para a CDU, neste caso estamos a apoiar, ou a CDU apoia um ditador bom, não fala nos rebeldes, que atacam Bashar al-Assad, ainda que possivelmente, quer possivelmente querer, foram os Americanos que usaram meios químicos também, para liquidarem desses rebeldes. Tudo é obra dos Estados Unidos, mas" -----

Pelo senhor **Presidente da Assembleia:** -----

"Ó senhor Deputado, eu sei que já acabou o tempo, mas se está a desligar o som não fica, não fica gravado, é só isso." -----

Retoma o **orador:** -----

"Ah! sim, exatamente. Deixai-me continuar então, estão me a interromper, para lhe dizer ainda, que toda a gente se esquece aqui o cisma que já vem da data de 632 entre Sunitas e Xiitas, de um lado efetivamente só se quer poupar naturalmente, só se quer poupar naturalmente os Alaitas de Bashar al-Assad sem dúvida alguma. Pois é, que esta luta efetivamente do Ocidente contra as ditaduras, não há dúvida nenhuma que há ditadores bons e há ditadores maus, aqui estamos com Bashar al-Assad, o tal ditador bom, que é preciso apoiar na palavra da CDU. Muito obrigado, mas havia mais a dizer." -----

Pelo senhor **Presidente da Assembleia:** -----

"Muito obrigado senhor Deputado, ó senhor Deputado o problema é da sua intervenção vai ficar aos soluços, há uma parte que corta e tal, ah! pronto." -----

Pela senhora **Deolinda Martin:** -----

"Todas as guerras são estúpidas, todas as guerras são bestialmente estúpidas. A cidade da Síria, de Aleppo tem sido palco dos piores crimes contra a dignidade e os Direitos Humanos, o isolamento da zona Oriental da cidade não permite uma avaliação da destruição na sua globalidade, impede necessário auxílio às populações, às vítimas dos



bombardeamentos somam-se as execuções somarias, as denunciadas situações de tortura, as violações de mulheres e os ataques que impedem o acesso à ajuda humanitária e destroem escolas e hospitais. As deslocações realizadas sem supervisão de instituições internacionais fazem temer o pior, o prolongamento da situação vivida em Aleppo, é a luz do Direito Internacional e do respeito pelos Direitos Humanos, simplesmente inaceitável. -----

Nesta prolongada guerra por procuração, as potências Internacionais dos Estados Unidos à Rússia e à Turquia, não foram capazes até agora de chegar a um entendimento que ponha fim ao conflito e que permita abrir portas a um longo e necessário trabalho de reconstrução da paz na região. Certo é que em Aleppo como na região se perderam demasiadas vidas, para que na complexidade dos alinhamentos dos partes envolvidas os crimes não sejam investigados e as responsabilidades apuradas. Nós abster-nos-emos na moção apresentada pela CDU, apenas e só porque falta o outro lado da guerra, o outro lado que acabo aqui de falar.” -----

Pelo senhor **António Ramos Preto:** -----

“Senhor Presidente da Assembleia, senhora Presidente da Câmara, caros colegas. Sim senhora Deputada Deolinda, sim, pôs bem a questão, numa guerra há sempre dois lados, e nós não podemos, digamos, distrair-nos daquilo que é o essencial e ir para os fait divers. -----

Eu digo-lhe uma coisa, eu aprovo de caras a proposta da CDU, se retirar todas as referências a uma das partes, ou então puser a referências às outras partes. Se a CDU reformular esta proposta, embora eu não concorde, digo-vos já, com a violência do regime do pai deste senhor e deste senho. Não concordo, porque se nós fossemos para esse principio de que esse senhor, o principio das fronteiras e dos ditadores e não sei quê, bom, então em 1640 os rebeldes não eram admitidos e nós ainda seríamos uma província de Espanha, e portanto nós não somos uma província de Espanha. Portanto se o senhor, se a CDU, se a CDU, senhor Presidente se a CDU reformular esta proposta e enunciar, como a senhora Deputada aqui referiu, as partes em conflito, e as barbaridades das partes em conflito, ou seja, e se enunciar também ...” -----

Pelo senhor **Presidente da Assembleia:** -----

“Senhores Deputados deixem lá o senhor Deputado fazer a proposta, não é?” -----



Retoma o **orador**: -----
"Senhor Presidente deixem lá não, é um direito, o senhor Deputado usar da palavra de forma serena, calma e sem perturbações. -----
Portanto, senhor Presidente, se a CDU fizer uma referência a esta aliança estratégica da Rússia, do Irão, da Turquia, na senda da tradição do Império Otomano, e toda a gente sabe que a Turquia desde 1453 quer, independentemente de ser da NATO, quer o território Sírio por razões estratégicas. A Rússia tem uma aliança, quer fazer, manter uma aliança com a Turquia que lhe permite, navegar, embora haja um tratado Internacional, pelo Estreito de Bósforo, pelo Estreito de Dardanelos, e ter um porto de águas profundas na Síria. Toda a gente sabe isto também. -----
O Irão numa cavalgada contra os seus adversários, no quadro da luta, Sunitas, Xiitas. Toda a gente sabe isto. -----
A Rússia a introduzir Forças Armadas na Síria, oriundas das zonas perto da província Árabe, portanto falam digamos na língua que, obviamente, além do Russo, falam, entendem-se também, portanto misturam-se ali. -----
Por acaso o PCP não fala aqui dos desgraçados dos Curdos. Não fala, nem nos Chechenos, porque os Russos estão a utilizar os Chechenos para fazer guerra contra, digamos aqueles que se opõem ao atual ditador. -----
Portanto se a CDU quiser reformular a proposta e explicar os dois lados da guerra, nós votamos a favor. Se não quiser e ficar por um lado da guerra, votaremos contra como é evidente." -----

Pelo senhor **Carlos Almeida**: -----
"Muito obrigado senhor Presidente. Eu tenho que lhe confessar com toda a consideração, senhor Deputado Isaiás Afonso, e agora também o senhor Deputado Ramos Preto, que esta viagem no tempo que nos proporcionaram ao pensamento Orientalista do Século XVIII que, considerava que enfim os Árabes são incapazes de se governar a eles próprios, tem que ser a mão civilizadora do Ocidente, que os tem que ir governar e impor-lhes as regras do bom governo, foi delicioso. Mas de facto, mas de facto não é disso que aqui estamos a falar senhores Deputados, não é disso que aqui estamos a falar. E de facto senhor Deputado Ramos Preto, eu esperaria de todos, eu esperaria de todos uma referência, eu diria menos, assim um pouco atabalhoada, ao Direito Internacional. Agora o senhor Deputado vir aqui dizer que essa coisa do Direito Internacional, não tem nada a ver, porque em 1640 quando não havia Direito



Internacional nem coisa nenhuma, continuávamos a viver, continuávamos a viver, continuávamos a viver, sobre o domínio de Castela, sobre o domínio de Castela, senhor Deputado, eu esperaria de todos, menos do senhor Deputado que é um Doutor de Leis que eu respeito. Senhor Deputado, senhores Deputados o que aqui estamos a discutir não são ditaduras, pelo simples facto, pelo simples facto, pelo simples facto, pela nossa parte, pela nossa parte, nós nunca defendemos que qualquer ditadura em qualquer parte do Mundo, incluindo a Portuguesa, quando Portugal, quando Portugal era governado por uma ditadura fascista e ainda assim era membro da NATO, do tal Ocidente que os senhores tanto elogiam, que pactuava com a ditadura em Portugal, em Espanha e na Grécia. -----

Portanto mesmo nessa altura, nessa altura nós nunca defendemos que as ditaduras devem ser derrubadas por invasões estrangeiras. Nós sempre defendemos, é um princípio fundamental que aos povos cabe a responsabilidade de decidir dos seus destinos. A todos os povos, a todos os povos senhor Deputado. E portanto nós não estamos aqui a defender nem a ditadura de Bashar al-Assad, nem a ditadura de Saddam Hussein, quando Saddam Hussein usava as armas químicas que os Estados Unidos e que a Alemanha lhes venderam para gazear os Curdos senhor Deputado. Nós também nessa altura não defendíamos a ditadura de Saddam Hussein, como hoje também não defendemos a ditadura de Bashar al-Assad. -----

Agora sabemos que há um plano em cima da mesa senhor Deputado. Um grande General da NATO, um grande General da NATO, o senhor talvez saiba o seu nome, sabe certamente, chamado Wesley Clark, chamado Wesley Clark, disse um dia que nos planos da NATO, nos planos da NATO, estava a guerra contra cinco países, e desses países estão todos em guerra, todos em guerra, Síria, Iraque, Líbia, Síria, Iraque, Líbia, em primeiro lugar e havemos de lá chegar também, à Arabia Saudita senhor Deputado, e havemos de lá chegar também à Arabia Saudita. -----

Portanto o que aqui está em causa senhores Deputados, o que aqui está em causa, não é um repúdio sobre as ditaduras, o que aqui está em causa senhores Deputados é, se quiserem discutir verdadeiramente o conflito na Síria, é um plano para desarticular um Estado soberano, um Estado laico, como todos os Estados laicos da região que os senhores já, que a NATO já destruiu, o Iraque, a Líbia, o Líbano também está ameaçado. Todos os estados laicos da Região estão ameaçados por estas ações dos Estados Unidos e dos seus aliados na Região, porque toda a gente está muito preocupada com a ditadura de Bashar al-Assad, até o senhor Deputado Isaías Afonso, chegou aqui a dizer,



“Bom nós sabemos que o Ocidente no passado, assim num passado muito, muito longínquo apoiou umas ditaduras Árabes”. Senhor Deputado os Estados Unidos estão a alimentar uma guerra, uma guerra tão cruel com esta guerra da Síria mas que passa, mas que não aparece em nenhum noticiário, nem os senhores alguma vez se preocupam com ela, que é a guerra do Iémen, e a guerra do Iémen é filha da Primavera Árabe, a guerra no Iémen é filha da Primavera Árabe que o senhor veio aqui elogiar. E olhe para os países da Primavera Árabe, Egito ditadura, Bahrain afogado em sangue a revolta popular, no Bahrain em sangue com tropas da Arabia Saudita apoiadas pelos Estados Unidos e com uma frota naval dos Estados Unidos estacionada na região há muito tempo. Iémen, Líbia, Iraque todos estes países destruídos por guerras semeadas pelos apoiantes, pelo tal Ocidente que vocês tanto, que vocês tanto elogiam. -----
Portanto eu repito, senhores Deputados, o que aqui estamos a discutir não é o apoio a ditaduras. O que aqui estamos a discutir é um princípio elementar, um princípio fundamental de Direito Internacional e de coexistência pacífica que é a natureza soberana e independente dos Estados. -----
E eu noto senhor Deputado, senhor Presidente estou já a terminar, eu noto para terminar um facto. Nenhum dos senhores Deputados que aqui veio, nenhum dos senhores Deputados que aqui veio, contrariou, fizeram todos muitas tergiversações, muitas variações, fizeram propostas de alteração, mas ninguém se referiu ao fundamental. O ataque dos Estados Unidos contra a Síria é ilegal de todos os pontos de vista, é uma violentação grosseira, grosseira do Direito Internacional. É um ataque contra um Estado soberano sem mandato das Nações Unidas e sem nenhuma razão que o fundamente do ponto de vista jurídico. E contra o ataque de armas químicas, senhores Deputados não há nenhuma evidência, nenhuma evidência internacional apresentada por qualquer Organização Internacional que sustente, que o que aconteceu foi um ataque com armas químicas. Mais, eu recordo-vos para o caso de se terem esquecido que em 2013, em 2013 a Síria desmantelou o seu arsenal de armas químicas sob supervisão internacional, sob supervisão da Organização de Armas Químicas, Organização Internacional das Armas Químicas, sob supervisão de todas as Organizações Internacionais nesta matéria. -----
Portanto, senhores Deputados, antes de aqui virem fazer afirmações como essa, senhores Deputados, juntem-se a nós, juntem-se a nós, na reclamação, juntem-se a nós na reclamação de uma investigação internacional independente ao que se passou efetivamente e juntem-se a nós na defesa do Direito Internacional.” -----



Pelo senhor **Isaías Afonso** (Pedido de Esclarecimento):-----
"Senhor Carlos Almeida, senhor Deputado Carlos Almeida, eu não disse aqui, e vou tentar solicitar-lhe isso, se eu disse aqui que havia incapacidade por parte dos Árabes para se governarem? Eu devo dizer-lhe que na Líbia há duas cidades com duas tribos e não se têm entendido, e digo-lhe mais, digo-lhe mais, tem sido os Tuaregues que têm aproveitado o armamento do senhor Kadafi, para fazer a guerra sabe onde? Deram as armas a AQMI para fazer a guerra no Mali. Muito obrigado." -----

Pelo senhor **Carlos Almeida** (Resposta a Pedido de Esclarecimento): -----
"Muito obrigado senhor Presidente. Senhor Deputado, eu agradeço o seu pedido de esclarecimento, mas já agora se quer continuar a falar da Líbia podemos continuar a falar da Líbia senhor Deputado. A Líbia, a Líbia tinha-se transformado num alegre aliado do Ocidente, o senhor Muammar Kadafi acampava nos jardins do Louvre, autorizado pelo senhor Sarkozy, financiou a campanha do senhor Sarkozy. -----
Eu não percebo qual é a vossa preocupação. Agora uma coisa, eu sei, senhor Deputado, uma coisa eu sei, eu sei que a Líbia hoje, a Líbia hoje, não existe como país, a Líbia, a Líbia, a Líbia da revolução verde senhor Deputado, a Líbia da revolução verde tinha um dos mais altos níveis de vida, padrões de desenvolvimento, não seja, não se ria, bom, tinha dos mais altos padrões de vida de acordo com os índices de desenvolvimento humano das Nações Unidas. E hoje a Líbia é um país destruído. E boa parte, boa parte, senhores Deputados, boa parte do que está a acontecer no Mediterrâneo, muito boa parte é responsabilidade, não apenas da guerra que os senhores alimentaram na Líbia, mas pelas guerras que continuam a alimentar, da Líbia para baixo, ao longo do Saara através do Sahel senhores Deputados. Se quiser continuar a falar da Líbia, podemos continuar a falar da Líbia senhor Deputado, podemos continuar a falar da Líbia. Agora o que sabemos é isto, o que sabemos é isto, a Líbia é um país destruído, é um país destruído, porque os senhores o destruíram, é isso que os senhores fizeram no Iraque, foi isso que os senhores fizeram no Iraque, é isso que querem continuar a fazer na Síria, e é isso que querem continuar também a fazer no Iémen. -----
Mas senhor Deputado, eu espero, eu espero, provavelmente nem o senhor Deputado Isaías Afonso, nem eu, aqui estaremos, mas talvez um dia a gente se encontre aqui, quando chegar a hora, em que a guerra bate à porta da Arabia Saudita. Aí vamos também continuar esta conversa." -----



Pelo senhor **António Ramos Preto**: -----

“Obrigado senhor Presidente. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora Presidente de Câmara. Está aqui um eleito da CDU a falar, dizia que eu vou falar em armas de destruição maciça. Não? Muito bem, por acaso não, mas vou falar em armas químicas, é que quando se enche a boca a dizer que se violam os princípios das Nações Unidas e as Cartas das Nações Unidas, esquecem-se das Leis Internacionais que, digamos, pretendem evitar essa ignominiosa utilização de armas químicas. E portanto para mim, e para mim, e nucleares também, quem utiliza armas químicas para mim não merece, não merece sequer que percamos 30 segundos, a não ser para desmascarar, digamos, esses arautos da liberdade que efetivamente fazem, mais não fazem que massacrar o seu povo. -----

Quanto ao Direito Internacional, senhor Professor, eu não sou Doutor, sou um humilde Licenciado em Direito, por acaso fui Assistente, nos primeiros anos de vida académica, com 20 e poucos anos, ali do Professor Armando Marques Guedes, teve a bondade de me convidar para seu Assistente, mas depois decidi seguir a carreira de Advocacia. -----

Quanto ao Direito Internacional, senhor Deputado, lá temos de voltar à história, e a Portugal e à Espanha. Havia duas grandes superpotências, era Portugal e Espanha. Tinham um Tratado, que era o Tratado de Tordesilhas, dividiram o Mundo entre dois. E os Países Baixos, e os países Baixos queriam entrar no comércio, é o que se está a passar na Síria e no Médio Oriente, queriam entrar no comércio, então contrataram um ilustre jurista, um tal Hugo Grócio, que escreveu um Tratado que se chama da Arte da Paz e da Guerra, perdão da Paz e da Guerra, pago pelo Príncipe dos Países Baixos, depois foram os nossos grandes concorrentes com a companhia holandesa, e que depois aproveitaram bem quando ficamos sobre o jugo Espanhol para ficar com aquelas concessões que nós entretanto dominámos, nomeadamente no Maranhão, no Brasil, não tenho tempo, senhor Presidente para estar aqui a explicar, a dar uma aula de Direito Internacional Público. Mas aí, o direito da Paz e da Guerra, que o Grócio quis dizer, era o princípio do mar aberto, o mar não era de ninguém, não podia ser de Portugal e de Espanha, para legitimar a intervenção dos Países Baixos contra a divisão do mundo entre Portugal e Espanha. -----

E portanto Direito Internacional existe há muito tempo, até o Tratado de Zamora, do nosso Rei, Afonso Henriques, ou o Tratado de Alcanizes, depois de D. Dinis, é um



Tratado, é a Lei do Direito Internacional. Mas eu não vou agora entrar nisso, não tenho tempo. -----

Aqui a questão principal é esta, e é isto que nós temos de referir. Eu aqui quis enunciar que é legítimo perante uma ditadura, qualquer membro do seu povo, ó senhor Deputado, o PCP teve legitimidade para se opor à ditadura comunista, o PS teve legitimidade para se opor à ditadura fascista e o PCP teve legitimidade para se opor à ditadura fascista. E se foi apoiado pela União Soviética, muito bem, e se o PS foi apoiado pelos partidos Sociais-Democratas Europeus, muito bem. Agora se aqueles que não se revêm no regime Ditatorial, deste senhor e do pai dele. Tem ou não tem direito também de se revoltar e de fazer ouvir a sua voz? Tem esse direito, tem esse direito, são apoiados pelos Estados Unidos uns, são apoiados por Russos outros, não é esse o problema. Por isso é que lhe estou a dizer, senhor Deputado, bombas há dos dois lados. Armas químicas, só há de um lado ou então há dos dois, pior ainda. Então admito que haja dos dois, agora não me venha cá convencer-nos a votar por uma parte da história e a esquecer outra.” -----

Não se tendo verificado mais intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, a qual foi reprovada por maioria, tendo obtido 7 votos a favor (CDU), 27 votos contra (19 PS, 5 PSD e 3 CDS-PP) e 4 abstenções (2 PS, senhoras Vanda Carmo e Lurdes Ferreira e 2 BE), anexando-se à presente ata, dela constituindo parte integrante, a proposta em referência. -----

Ponto 8 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 53º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro na sua atual redação e alínea b) do nº 1 do artigo 14º do Regimento da AMA, da Moção apresentada pelos Grupos Municipais do BE e da CDU e relativa à "Pela Integração dos 6 trabalhadores da Prestibel!" (Moção nº 02/AMA/2017). -----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que, e de acordo com o que ficou estabelecido em conferência de representantes, foi definido um período de 30 minutos para a discussão da presente moção subscrita pelos Grupos Municipais do BE e da CDU, tendo concedido a palavra aos representantes para a apresentação da mesma. -----



A senhora **Deolinda Martin** efetuou à apresentação da moção através da sua leitura e nos termos do documento que se encontra anexo à presente ata, dela fazendo parte integrante.-----

Pelo senhor **Carlos Almeida** (Apresentação): -----

“Muito obrigado senhor Presidente. Só acrescentar que, portanto nós acompanhamos como subscritores esta proposta, é uma matéria que aqui já trouxemos várias vezes a esta Assembleia. Consideramos que o que aqui está em causa é uma decisão, uma medida persecutória da empresa sobre os trabalhadores pelo exercício de um direito fundamental, que é o direito à greve e entendemos que qualquer democracia que subestime a importância dos direitos dos trabalhadores é evidentemente uma democracia pobre. E se continuamos a pactuar ou a aceitar, ou a conviver, mais ou menos passivamente com violações graves dos direitos dos trabalhadores e designadamente, um direito fundamental, que é o direito à greve, mal andaremos nós. -- Neste caso particular, neste caso particular acresce, que não sendo evidentemente responsabilidade legal da Câmara Municipal o sucedido, porque isso é evidentemente matéria da relação contratual entre os trabalhadores e a empresa, entendemos, sempre defendemos essa opinião, que a Câmara Municipal tem uma vocação fundamental que é também essa de defesa do Estado de Direito e de defesa dos direitos dos trabalhadores, e para todos os efeitos aqueles trabalhadores estão a prestar serviço, ou estavam a prestar serviço em instalações municipais, aliás, estavam a prestar serviço ainda antes daquela empresa, antes de ser aquela empresa a ter ganho o concurso. Portanto aqueles trabalhadores, são anteriores aquela empresa, portanto existe uma relação de responsabilidade, de responsabilidade com, dos órgãos da Autarquia com estes trabalhadores, que do nosso ponto de vista deve ser assumida. E é nesse sentido também que sugerimos, respeitando evidentemente a repartição de poderes, reconhecendo evidentemente que a Câmara Municipal não tem competência legal nesta matéria, mas entendemos que há uma responsabilidade da Câmara Municipal com estes trabalhadores, repito, que deve ser assumida e nesse sentido sugerimos que a Assembleia Municipal, que a Câmara Municipal façam um pronunciamento sobre esta matéria, porque isso evidentemente dará força à luta dos trabalhadores. Muito obrigado.” -----



O senhor **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições e intervieram os seguintes membros: -----

Pelo senhor **Ramos Preto** (Pedido de Esclarecimento):-----

“Eu queria só perguntar aos subscritores desta proposta, para informarem a Assembleia, se sabem se estes 6 trabalhadores ou os Sindicatos que os representam, já intentaram alguma ação nos tribunais de trabalho, uma ação judicial nos tribunais de trabalho? Uma informação relevante, para mim.” -----

Pela senhora **Deolinda Martin** (Resposta ao Pedido de Esclarecimento): -----

“Está a decorrer a ação, e tanto quanto soube hoje, porque falei com um dos trabalhadores, não há qualquer decisão ainda, mas está a decorrer a ação.” -----

Pela senhora **Patrícia Ferreira**: -----

“Muito boa noite senhor Presidente da Assembleia, senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais e público presente. -----
Com a resposta da Deputada Deolinda, parte desta questão está sanada. Neste momento, e começo por dizer que o PSD, obviamente se encontra solidário com a situação dramática que estes trabalhadores estão a viver. Independentemente disso, nós não nos podemos imiscuir em assuntos que são da parte privada das relações laborais, neste momento pelo que eu percebi, está em sede própria que são os tribunais, a decorrer uma ação, e portanto não podemos extravasar as nossas competências, independentemente de perceber que está em causa uma situação dos trabalhadores que poderá, poderão estar a ter a sua situação laboral prejudicada. Independentemente disso os tribunais são sede própria, e não me parece que, apesar de demonstramos a nossa solidariedade, que a Câmara possa neste momento pronunciar, a Assembleia não se possa pronunciar, sobre uma questão que está a ser discutida no foro dos tribunais. Desculpe lá, mas com, senhora Deputada, e senhor Deputado também é jurista, a Câmara não tem competência para dizer, a Câmara não, a Assembleia, não tem competência para dizer, que devem de imediato, nomeadamente, reentregar os trabalhadores, acho que a sede própria será os tribunais, vamos aguardar então pela prova dos trabalhos dos tribunais, que é lá que se discute estas situações. Até pelo que eu percebi os trabalhadores estão bem representados, estão representados pelos



Sindicatos, farão certamente o seu trabalho e portanto poderão auxiliar melhor do que nós os trabalhadores.” -----

Pela senhora **Deolinda Martin** (Pedido de Esclarecimento): -----
“É que estes trabalhadores até à presente data, não têm um processo disciplinar, não têm um processo de despedimento, e portanto, o processo que está a decorrer em tribunal, é da queixa dos próprios, por se verem numa situação de não terem salários e não terem uma situação que, se lhes aplique à luz da lei. Portanto, era só esclarecer isto. -----

Eu acho, que politicamente temos muito a ver, porque são seis pessoas que estão sem salário, há quase seis meses, sem qualquer razão devidamente fundamentada.” -----

Pela senhora **Patrícia Ferreira** (Resposta ao Pedido de Esclarecimento): -----
“Eu peço desculpa, que eu fiquei na dúvida, se era um esclarecimento ou um pedido de esclarecimento? -----

Deixe-me só lhe dizer, eu desconheço o processo que está a decorrer em tribunal. Pelo que eu percebi, está também em causa, não comparência no local de trabalho foi designado que, os trabalhadores se demonstraram contra pelo princípio de terem sido notificados, para se apresentarem noutra local. É o que eu li da vossa moção! Como lhe digo, de qualquer forma é assim, isso é do foro privado. -----

A nível laboral, eu não sei se houve algum processo disciplinar. Não sei neste momento, o que é que está em causa e não me vou pronunciar, sobre uma questão que está no tribunal. -----

Como lhe digo, acho, o PSD a nível de questão de solidariedade com as famílias, se efetivamente, aquilo que está a ocorrer é uma situação obviamente dramática. Independentemente disso, os tribunais são a sede própria para resolver estas situações.” -----

Pelo senhor **João Paulo Castanheira**: -----

“Muito obrigado senhor Presidente. Eu quero agradecer ao senhor Deputado Ramos Preto pela questão, pelo pedido de esclarecimento que aqui fez e pela resposta dada Deputada Deolinda Martin. Porque, me parece que a resposta dada arruma esta questão. Portanto, se está a decorrer uma ação em tribunal, enfim está a decorrer no local próprio, que são os tribunais. É um problema de relações laborais, que está a ser



julgado no lugar próprio. A não ser que se entenda que esta Assembleia deve ter algum tipo de pressão sobre os tribunais. Penso que não é isto que se entende. -----
Nós temos o maior respeito pelas pessoas, pelos trabalhadores, também pelas instituições do Estado Democrático. -----
Creio que a CDU e o Bloco de Esquerda sabem bem que a Assembleia Municipal não se pode substituir aos tribunais, e a posições de matérias como esta. Não se pode, nem se deve substituir às autoridades, que têm poder de julgar as relações laborais. E quando se propõe, eu tenho que sugerir senhor Presidente, eu sugiro uma ideia, que eu peço desculpa, que eu me lembrei há dias, era, este púlpito devia de alternar entre a esquerda e a direita. Porque, nós falamos aqui, com um permanente ruído de fundo, que os nossos colegas não têm que suportar no outro lado! E portanto, ..." -----

Pelo senhor **Presidente da Assembleia:** -----

"Senhor Deputado, para a próxima Assembleia, mudamos o púlpito para o lado de lá." --

Retoma o **orador:** -----

"Eu agradeço-lhe senhor Presidente." -----

Pelo senhor **Presidente da Assembleia:** -----

"Senhor Deputado, até gosta destes apartes, eu sei. Faça favor de continuar." -----

Retoma o **orador:** -----

"Obrigado senhor Presidente. Quando se propõe aqui uma apreciação política de uma matéria como esta, eu lamento dizer, que se trata do meu ponto de vista, da minha apreciação, de um aproveitamento político. E usar pessoas como arma política, porque, se sabe muito bem, se sabe muito bem, que uma Assembleia Municipal não tem, nem competência para apreciar esta matéria, nem dados concretos para apreciar esta matéria. -----

Não tem! Nem poderia ter! É um processo que está a decorrer pelos vistos em tribunal. Portanto, não cabe a uma Assembleia Municipal pronunciar-se concretamente sobre, seis trabalhadores em concreto, numa empresa em concreto, num problema em concreto. Isso cabe aos tribunais! Não cabe a órgãos políticos como uma Assembleia Municipal. Esta confusão entre poderes é própria dos regimes e dos estados que o PCP gosta. -----



Mas, em Portugal existe uma separação de poderes. Existem órgãos políticos, existem tribunais, existem sindicatos, existem instituições do Estado de Direito, e portanto, esta confusão, é uma confusão onde nós obviamente não podemos embarcar, nem mergulhar a Assembleia Municipal numa coisa como esta. Isto é uma confusão completamente irreal. -----

E portanto, obviamente que nós não podemos subscrever e votar favoravelmente uma coisa destas. Eu até admitia que face à resposta que foi dada, fosse retirada a moção. Porque ela de facto, não faz sentido havendo um processo a decorrer em tribunal, creio até que, os subscritores provavelmente, poderão ainda retirar a proposta, creio eu. É o que faria sentido. Muito obrigado.” -----

Pelo senhor **António Ramos Preto:** -----

“Senhor Presidente muito obrigado. Senhor Presidente da Assembleia, senhora Presidente de Câmara, caros colegas. Fiz aquela pergunta, efetivamente, porque devemos decidir em consciência, quando decidimos e muito obrigada pela resposta que deram. -----

Na verdade, aqui os nossos colegas da CDU e do Bloco de Esquerda enunciam um conjunto de situações que a serem verdade, mas, a ser verdade, isso está no tribunal e os tribunais decidirão, nomeadamente esta matéria das alterações constantes e unilaterais de horários de trabalho, elaboração de escalas mensais, desrespeitando do carácter anual, o não pagamento de trabalho extraordinário, as transferências abusivas, parece-me a mim, como leigo, como cidadão, que são motivos mais que suficientes para implicarem consequências jurídicas. -----

Ainda bem que, os trabalhadores numa república democrática podem recorrer aos tribunais, devem recorrer aos tribunais. Os tribunais são independentes. Os tribunais de trabalho têm uma boa jurisprudência, têm juízes, ao longo de anos fui, advogado nos tribunais de trabalho, com assiduidade quase diária, e portanto, acho que devemos respeitar a magistratura judicial. -----

E portanto, cabe efetivamente aos tribunais e não ao executivo e à Assembleia substituírem-se a esse órgão de soberania. Ademais, a Presidente da Câmara já aqui disse, numa outra Assembleia, quando questionada sobre esta matéria, que também tinha, digamos, desenvolvido, alguns bons ofícios junto da PRESTIBEL. Fez bem, no sentido de alertar para a circunstância, de que não é admissível que haja situações



destas numa contratação pública. Agora, efetivamente, ela não se pode; ela, senhora Presidente de Câmara, não se pode substituir nesta matéria aos tribunais.-----
Por outro lado, a proposta tem só aqui uma questão formal, não é por isso, mas, há aqui uma questão formal, que é uma questão material, senhor Presidente. Que é uma questão material senhora Presidente de Câmara. Que alerto para que os nossos colegas que propõem à Assembleia, que à Assembleia decide, que delibere, propor à Câmara que em nome da sua responsabilidade, torne pública e que a sua reintegração imediata e a assunção, por parte da empresa PRESTIBEL, todas as responsabilidades legais, contratuais, incluindo o pagamento dos salários em dívida.-----
A Assembleia Municipal não pode, nos termos, da leitura que eu faço, propor que a Câmara tenha condutas destas. Não pode! Não pode! Não tem poder para isso. A Assembleia Municipal não tem poder para isso.-----
O que a Assembleia Municipal pode fazer e podia ter feito, os proponentes poderiam ter feito, mas, não fizeram, era, propor qua a Assembleia delibera-se, ela própria, repudiar esta situação. Agora, não pode é, nós repudiamos e agora a Câmara faz favor, vá lá para fora repudiar. Isso não pode fazer.-----
Portanto, senhor Presidente, o caso está bem entregue, os sindicatos diligenciaram e independentemente da posição que vier a ser assumida, mantemos a mesma coerência e a mesma posição. Custou-me imenso ter votado uma proposta que o Bloco de Esquerda aqui trouxe aquando da detenção do nosso colega e que fiquei muito satisfeito por não ter sido condenado. Expliquei-o aqui, disse-o aqui, mas, uma coisa são os meus sentimentos e aquilo que é justo, outra coisa são, digamos, o regular funcionamento das democracias, e nas democracias há órgãos judiciais que devem tratar desta matéria específica. Sendo que, efetivamente, a empresa em si, também deve estar preparada para que, quando acabar o seu contrato, prestar contas, digamos, daquilo que foi a sua prestação ao serviço da Câmara Municipal.” -----

Pelo senhor **Miguel Vidigal:** -----

“Mais uma vez boa noite a todos. Senhores Deputados, eu às vezes fico um pouco confuso em relação a algumas situações que se passam aqui. Ora, o que eu me parece então, que nós podemos determinar aqui, é que, tudo que tenha a ver com relações laborais, a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, nunca terão competência, porque eventualmente elas poderão ser dirimidas nos tribunais. -----



Ora, ninguém está a dizer, nem a propor, naturalmente, que a Câmara Municipal reintegre os trabalhadores. Eles não são trabalhadores da Câmara Municipal, são trabalhadores da PRESTIBEL e como tal, só a PRESTIBEL é que pode de facto, decidir repor a legalidade, que é disto que aqui se trata. Ninguém pode ficar sem receber salário ou sem motivo, quer dizer, isto não é possível legalmente. Não precisamos de ter grande fundamento e de grandes conhecimentos de direito para saber que, quando alguém está de trabalhar por contra de outra, não pode ficar sem salário, só porque agora lhe apeteceu. É portanto o resto da matéria, e nós não nos podemos pronunciar e não podemos dizer, que uma empresa que presta serviço a uma Câmara Municipal, tem que, se ingerir por um conjunto de matérias, nomeadamente por uma coisa, que são os direitos fundamentais, não é? Que aliás, inclusive nós que somos eleitos locais e que somos eleitos para órgãos democráticos e para órgãos públicos, têm uma responsabilidade de cumprir e fazer cumprir a Constituição e a Leis, e portanto, temos todo o direito de exigir a uma entidade, que o faça! -----
Até, porque é assim, há aqui uma questão, que para mim vai muito além, muito além de tudo o resto que, já aqui vimos. Nós estamos a falar, de facto, de seis trabalhadores que neste momento estão sem receber. O tribunal acabará por decidir. Eu não tenho dúvidas de qual é a decisão do tribunal, tendo em conta todo o processo, não tenho dúvidas nenhuma, qual é que é a decisão do tribunal! Tenho dúvidas de quando é que ela vai sair. Isso é outro problema. Entretanto, temos seis trabalhadores sem receber salário! --
E nós entendemos, que isto é perfeitamente natural e que não temos nada que nos pronunciar sobre isto, porque um dia o tribunal pode pronunciar-se. -----
Agora, há uma coisa que também nós todos sabemos, é que se nós conseguíssemos eventualmente, através da intervenção, da pressão, para que a empresa resolva o problema de uma vez por todas, que não precisaríamos de tribunal, até porque, os tribunais, até preferem que as coisas sejam resolvidas fora do foro judicial. Todos nós, sabemos. Nós todos sabemos! -----
Não sei, se, posso mudar o púlpito para aquele lado senhor Presidente? Se calhar é melhor! É que já agora gostaria de ouvir o que é que se passa daquele lado, mas, estou a ouvir mal, aqui não chega. Aqui não chega. Afinal parece que o ruído não é só de um lado senhor Deputado. Está a ver? -----
E portanto, nós podemos intervir e dizer publicamente que não concordamos com uma situação desta natureza. E a senhora Presidente, que até já fez intervenções no sentido de, tentar ver com a PRESTIBEL como é que se resolveria isto, e que não tenho dúvidas



que quando chegar a altura de reavaliar o contrato, que trata esta matéria, que vai ter esta matéria em conta, não há problema nenhum, de voltando a afirmar esta posição e que a PRESTIBEL não pode ter este tipo de comportamentos! -----
Portanto, eu não percebo onde é que estamos a interferir numa separação de poderes. Porque uma apreciação política sobre um determinado comportamento, com uma qualquer entidade é sempre da nossa competência. É sempre da nossa competência! Não sei se lhe está a doer alguma coisa, mas, isso não é um problema meu senhor Deputado. -----
E portanto, nós temos legitimidade para discutir, temos legitimidade para propor. Eu não concordo com a apreciação jurídica, do meu ilustre colega Deputado Ramos Preto, não concordo, que não seja possível isto. Mas, não vamos estar a discutir esses meandros, não interessa. É a parte menos importante desta discussão. E aqui a discussão é, concordamos ou não concordamos com esta situação? Achamos ou não achamos que esta situação extrapola tudo o que é o Estado de Direito? -----
E portanto, devemos ou não devemos tomar uma posição pública, sobre questões com as quais não concordamos? Esta é que é a questão fundamental que está aqui em cima da mesa! Não é outra! A outra são formas de sacudirmos a água do capote e dizer, não vamos assumir nenhuma responsabilidade, os tribunais que decidam! Pronto. Muito obrigado.” -----

Pelo senhor **João Vieira**:-----
“Senhor Deputado Vidigal, o senhor hoje foi muito modesto, quando disse, que às vezes fica um pouco confuso. Não é às vezes! Mas, hoje de facto, está a usar da modéstia em excesso. Porque, quando o senhor vem aqui dizer, que não está a pedir uma apreciação jurídica, mas, uma apreciação política, não é? Não, não está! Veja a parte final da sua moção, para perceber claramente que aquilo que o senhor está a pedir, é que, esta Assembleia tenha um veredicto sobre uma factualidade, sem produzir aqui qualquer tipo de prova, a não ser aquilo que os senhores vêm aqui alegar. -----
Ou seja, o senhor está de facto aqui; não, não, mas, é isso que o senhor está aqui a fazer. Desculpe. Veja a parte final, senhor Deputado veja a parte final daquilo que escreveu ou que subscreveu! A não ser, que o senhor não tenha lido! Também pode acontecer! Encantado da vida. -----
Agora, eu continuo um bocado na senda dos meus anteriores interlocutores, perguntando qual foi a parte, que vivemos num Estado de Direito Democrático, que o



senhor não percebe? Qual é a parte, de vivermos num país ou num regime com instituições que funcionam, que o senhor não percebe? Qual é a parte, que o senhor não percebe da existência da separação de poderes? Há aqui um conjunto de coisas, que o senhor de facto, começou por dizer que estava confuso! De facto contínua confuso” -----

Pelo senhor **Carlos Almeida** (Pedido de Esclarecimento): -----

“Muito obrigado senhor Presidente. Eu agradeço a intervenção do senhor Deputado João Vieira, porque me permite fazer-lhe, pedir-lhe um esclarecimento, um pouco a todos os senhores Deputados, que aqui falaram, mas, evidentemente, ao senhor Deputado João Vieira foi quem entreviu. -----

Eu noto, da mesma forma como há pouco agradecia ao senhor Deputado Isaiás Afonso esta viagem ao oriente, ao pensamento orientalista do século XIX, agora, também lhe agradeço, esta viagem ao verdadeiro mundo da luta de classes, senhor Deputado. -----

Esta discussão, que nós aqui tivemos hoje, foi um mergulho num verdadeiro mundo da luta de classes. O senhor Deputado João Vieira e todos os que o antecederam acabaram de votar uma proposta, acabaram de votar uma proposta, subscrevendo a tese de que, em nome de uns princípios de direitos humanos, vale bombardear, vale destruir países, sem investigação internacional, sem coisa nenhuma. -----

Quando nós falamos em investigação internacional, os senhores Deputados dizem, não é preciso investigação internacional! Não é preciso investigação internacional! Agora, agora, quando se trata de direitos dos trabalhadores? Quando se trata da luta de classes? Ah! Ah, para isso, cá estão os tribunais! Para isso, cá está o Estado de Direito! Quais regras? Quais princípios? Quais coisas? Vale tudo! Vale tudo senhores Deputados. Vale tudo. -----

Bem-vindo senhor Deputado, ao verdadeiro mundo da luta de classes, senhor Deputado! Ao verdadeiro mundo da luta de classes e nessa luta senhor Deputado a nós ter-nos-á sempre do lado dos trabalhadores.” -----

Não se tendo registado mais intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a moção, a qual foi reprovada por maioria, com 9 votos a favor (7 CDU e 2 BE) e 24 votos contra (21 PS 3 CDS-PP) e 5 abstenções (PSD), anexando-se à presente ata dela constituindo parte integrante, a moção ora reprovada. -----



Antes de dar por encerrados os trabalhos e tendo em vista a eficácia externa, as minutas de deliberação da Ordem do Dia foram aprovadas, nos termos do nº 3 do Art. 57º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, por unanimidade dos 38 membros presentes.

O senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão pelas 23h05, da qual foi lavrada a presente ata, que, depois de aprovada, será assinada por si e pelo 1º Secretário, Luís Miguel Rodrigues Costa, que a redigiu. -----

O Presidente da Assembleia
Joaquim Moreira Raposo

O Primeiro-Secretário
Luís Miguel Rodrigues Costa

*Auscultada e datilografada de acordo com o novo acordo ortográfico por:
Fátima Rodrigues, Isabel Palma e Matilde Roriz*

Ata aprovada na Sessão Ordinária de Junho